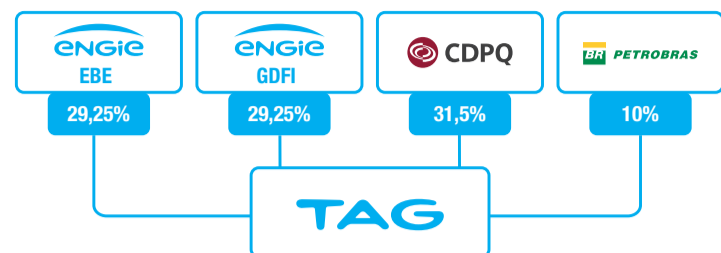


RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2019

Em abril de 2019, a ENGIE - por intermédio da GDF International e da ENGIE Brasil Energia S.A. - e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), por meio da Aliança Transportadora de Gás Participações S.A. (Aliança), fizeram a oferta vencedora no processo de aquisição de 90% de participação na TAG, concluído em junho do mesmo ano. Em setembro, ocorreu a incorporação reversa da Aliança pela TAG, com o objetivo de unificar os ativos e passivos e atender às exigências dos contratos de financiamento. Com essa reorganização, o capital da Companhia passou a ter a seguinte composição:



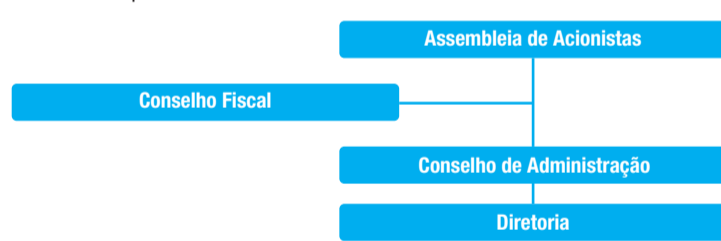
Acionistas

ENGIE - O Grupo ENGIE detém 58,5% das ações da TAG. Desse total, 29,25% pertencem à subsidiária GDF International. A ENGIE Brasil Energia dispõe dos demais 29,25%, sendo a maior produtora privada de energia elétrica do Brasil. A empresa possui quase 90% de sua capacidade instalada proveniente de fontes renováveis e com baixas emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), como usinas hidrelétricas, eólicas, solares e biomassa. CDPQ - Investidor institucional global, com cerca de US\$ 262 bilhões em ativos (posição em 31 de dezembro de 2019), o CDPQ possui participação de 31,5% no capital social da TAG. O fundo possui importantes investimentos em companhias do setor do gás pelo mundo, como a belga Fluxys, operadora de sistemas de transmissão de gás natural, a Energier, maior empresa de distribuição de gás natural do Québec (Canadá), e a Southern Star, líder em transporte de gás natural nos Estados Unidos. Petrobras - A estatal brasileira manteve em seu poder 10% do capital social da TAG.

4. GESTÃO CORPORATIVA

4.1. Cenário Comercial e Regulatório: O mercado do gás natural no Brasil está passando por uma série de transformações, impulsionado pelo plano de desinvestimento da Petrobras, o Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) firmado pela Petrobras com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e o lançamento do programa Novo Mercado de Gás pelo governo federal em 2019. Aspectos como esses vêm movimentando o setor e proporcionando uma perspectiva de mercado mais competitiva e eficiente. Nesse contexto, o TCC reforça o compromisso da Petrobras em vender uma série de ativos e participações na cadeia do gás natural e negociar o acesso não discriminatório de terceiros às infraestruturas essenciais de escoamento e processamento existentes. O gás natural terá papel ainda mais importante no mix de energia brasileiro, diante das relevantes descobertas de reservas deste insumo no território nacional, tanto offshore quanto onshore. O setor de transporte tem papel estratégico e fundamental para viabilizar a conexão integrada dessas ofertas ao mercado nacional, reforçando a segurança do sistema. A entrada de novos agentes de forma integrada viabiliza a competitividade no suprimento da molécula de gás, principal elemento para a formação do preço final do gás natural entregue ao mercado. Por outro lado, quanto maior o número de agentes compartilhando a utilização das infraestruturas de rede (malha de transporte conectando as ofertas e malha de distribuição conectando a demanda), maior será o volume de transações e menor o custo unitário para a utilização do sistema. O processo de abertura do mercado deve atrair novos investimentos relevantes para o Brasil. A otimização e a modernização do sistema serão essenciais para o amadurecimento do setor e o abastecimento do mercado, garantindo a sustentabilidade energética no longo prazo. Cabe ressaltar que, em continuidade ao seu plano de desinvestimentos, em dezembro de 2019, a Petrobras anunciou interesse em alienar sua participação de 10% na TAG, processo em que os atuais acionistas têm direito de preferência. A nova administração da TAG vem acompanhando com atenção os desdobramentos dessas iniciativas e acredita na relevância do gás natural para o país. A Companhia apoia a formação de um mercado de gás natural aberto, dinâmico e competitivo, contribuindo de forma ativa nas discussões a respeito dos avanços regulatórios em nível legal (substituto do projeto de Lei do Gás) e infralegal (agenda regulatória da Agência Nacional do Petróleo - ANP). Um dos movimentos, nesse sentido, é a participação da Companhia em entidades setoriais, tais como a Associação de Empresas de Transporte de Gás Natural por Gasoduto (ATGás), bem como fóruns e eventos sobre o tema. A TAG está preparada para atender às necessidades do mercado, sempre alinhada às práticas regulatórias estabelecidas pela ANP.

4.2. Governança Corporativa: A TAG conduz suas atividades alinhada aos padrões internacionais de excelência em governança, em sintonia com a cultura e os princípios do bloco controlador, de forma a assegurar a perenidade, o valor e o crescimento da Companhia, com ética, transparência e responsabilidade corporativa. Sua estrutura tem base em uma administração eficiente, composta por profissionais experientes e comprometidos com o desenvolvimento da Companhia. A gestão corporativa é composta por órgãos deliberativos e executivos, que atuam de forma integrada, de acordo com as prerrogativas e as responsabilidades estabelecidas pela Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e pelo Estatuto Social da Companhia.



4.2.1. Conselho de Administração: O Conselho de Administração tem por atribuição estabelecer políticas, estratégias e diretrizes gerais para a condução dos negócios e supervisionar os atos de gestão da Diretoria. O Conselho é composto por sete membros, dos quais um é independente. Todos são eleitos em Assembleia Geral, com mandato de dois anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas.

Membros Efetivos	Dirigente
Conselheiro Presidente	Maurício Stolle Bähr
Conselheiro	Eduardo Antônio Gori Sattamini
Conselheiro	Raphael Vicent Philippe Barreau
Conselheiro	Martin Jahan de Lestang
Conselheiro	Alexandre Atallah
Conselheiro	Eduardo Edmond Farhat
Conselheira Independente	Cynthia Santana Silveira

4.2.2. Conselho Fiscal: De caráter permanente e independente da Administração, o Conselho Fiscal é composto por três membros eleitos em Assembleia Geral, com mandatos de dois anos, permitidas, no máximo, duas reconduções consecutivas. Cabe ao Conselho Fiscal analisar as demonstrações contábeis da Companhia, fiscalizar os atos da Diretoria e avaliar os sistemas de gestão de risco e de controles internos.

Membros Efetivos	Dirigente
Presidente do Conselho	Paulo Maurício Mantuano de Lima
Conselheiro	Alexandre Ribeiro Chequer
Conselheiro	Pedro Guedes Campelo

Membros Suplentes	Dirigente
Conselheiro	Manoel Eduardo Bouzan de Almeida
Conselheiro	Victor Braga Ferrão Galante
Conselheira	Luciana Jonaína Fagundes

4.2.3. Diretoria: A Diretoria exerce a gestão dos negócios da TAG de acordo com o seu Plano de Negócios, em sintonia com os objetivos, estratégias e diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria estatutária é composta por um Diretor-Superintendente, um Diretor-Financeiro e um Diretor-Operacional, eleitos pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. Completam o quadro outros dois diretores: a Diretoria Jurídica e de Ética e a Diretoria Comercial e Regulatória. Apesar de não estatutárias, essas posições são fundamentais para a Companhia e para a execução de estratégias de longo prazo, frente à expectativa de um mercado mais dinâmico e competitivo.

Cargo	Dirigente
Diretor-Superintendente	Gustavo Henrique Labanca Novo
Diretor-Financeiro	Joaquim Jordão Saboia
Diretor-Operacional	Emmanuel Charles Delfosse
Diretor-Jurídica e de Ética	Felipe de Queiroz Batista
Diretor-Comercial e Regulatório	Emmanuel Charles Delfosse*

*Acumula a posição interinamente.

4.2.4. Ética e Integridade: Os valores e a cultura organizacional da TAG são detalhados em códigos e políticas, sancionados formalmente pelo Conselho de Administração, que orientam a condução dos negócios e o relacionamento com os diferentes públicos. Após a mudança de controle da TAG, a nova Administração aprovou políticas e diretrizes que reforçam os princípios éticos de seus controladores.

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 ficará marcado na história da ENGIE e da CDPQ. A aquisição da TAG representou um dos maiores investimentos estrangeiros da história do Brasil e com isso o setor de gás natural brasileiro passou a ter a presença de dois novos grupos estratégicos: a ENGIE, referência global em energia e serviços de baixo carbono que já opera mais de 32 mil km de rede de transporte de gás natural na França, atuando no Brasil há mais de 20 anos, e o fundo investidor institucional global Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), que possui importantes investimentos no setor de infraestrutura no mercado internacional. A transação de cerca de US\$ 8,6 bilhões teve o maior financiamento non-recourse do Brasil, envolvendo três dos maiores bancos nacionais e outras 12 instituições financeiras internacionais, demonstrando a confiança e o otimismo dos novos acionistas no país, mesmo em um momento de mudanças na política do setor. A conquista do prêmio Negócio Transnacional de Fusão e Aquisição, em 2019, concedido pela LatinFinance, plataforma global de inteligência sobre os mercados financeiros e as economias da América Latina e do Caribe, marca este reconhecimento. O investimento no segmento de gás natural, por meio da aquisição da TAG, garante aos acionistas a possibilidade de diversificação de seus portfólios no Brasil e a geração de receitas previsíveis com base em ativos de infraestrutura de longo prazo. A TAG, a partir da entrada dos novos acionistas, contribuirá para o desenvolvimento do mercado brasileiro de gás, essencial para o crescimento econômico industrial do país. Apostamos no desenvolvimento futuro de novas tecnologias de gás natural e temos a certeza ser esse um importante passo no contexto da transição energética para uma economia de baixo carbono. Acreditamos na competência e no comprometimento da nova Administração e em toda a equipe TAG para conduzir a Companhia a um novo patamar de crescimento, além de contribuir com a abertura do segmento de gás natural em curso no país.

Maurício Stolle Bähr
Presidente do Conselho de Administração

2. MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Em 2019, iniciamos um novo capítulo na história da TAG. Com apenas sete meses de operação, alcançamos diversas conquistas: conduzimos o processo de transição sem interrupção dos serviços de transporte de gás, encerramos o ano sem nenhum acidente de trabalho com afastamento e iniciamos o cumprimento do plano de negócios elaborado pelos acionistas. Após a aquisição, iniciamos um profundo estudo de nossas operações e já temos os primeiros contornos para um futuro de grandes mudanças na gestão da Companhia. Nossa primeira missão foi conhecer detalhadamente nosso ativo, avaliar os processos e identificar as oportunidades de melhoria. Conduzimos com sucesso o projeto de integração para a definição de uma nova estrutura organizacional e a formação da nova equipe. Com base nos resultados iniciais, apoiados na expertise de nossos controladores, elaboramos um plano de retomada de investimentos que envolverá recursos da ordem de R\$1 bilhão nos próximos cinco anos, garantindo a integridade dos ativos de transporte, preservando o valor da Companhia e preparando-a para o crescimento. Nesse sentido, um de nossos principais desafios é a perspectiva de abertura de mercado à qual poderemos contribuir ativamente nas discussões a respeito dos avanços regulatórios, apoiando a formação de um mercado de gás natural aberto e dinâmico. Concluímos o ano de 2019 com um time formado por cerca de 40 colaboradores multidisciplinares, dedicados e capacitados. Sabemos que ainda há muito a fazer para a criação de uma cultura própria, uma identidade nossa. Meus sinceros agradecimentos a todos os colaboradores e prestadores de serviço pelo profissionalismo e engajamento para que pudéssemos atingir nossas metas, aos nossos acionistas e parceiros pela confiança, assim como à equipe da Petrobras pelo apoio na fase de transição. Veja nas próximas páginas um resumo de nossas realizações desse ano, que marcam o início de uma promissora jornada.

Gustavo Henrique Labanca Novo
Diretor-Superintendente

3. A TAG

A Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) é detentora da mais extensa rede de gasodutos de transporte do país, com aproximadamente 4.500 km, que respondem por 47% da infraestrutura de gás do país. São 3.700 km na região costeira do Brasil, passando por quase 200 municípios de nove estados brasileiros – Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro – e outros 800 km na Amazônia, em trecho que liga a região petrolífera de Urucu a Manaus, no Amazonas.

Cadeia do Gás Natural



Mapa de Atuação



A malha da TAG abrange também 11 estações de compressão de gás (seis próprias e cinco terceirizadas), conectadas a dois terminais de GNL (gás natural liquefeito), 14 pontos de recebimento e 90 pontos de entrega, o que permite abastecer, com elevados níveis de confiabilidade e segurança de suprimento, dez distribuidoras de gás, três refinarias, oito termelétricas e duas unidades de fertilizantes. Essa rede atendeu, em 2019, a cinco contratos com a Petrobras que, somados, atingiram a capacidade contratada de transporte de 74,67 milhões m³/dia de gás natural. Com essa infraestrutura, a TAG faturou, na soma desses contratos, um volume médio anual correspondente à movimentação de 44 milhões de m³/dia de gás natural em 2019, com pico de 67,3 milhões de m³/dia. Este desempenho permitiu a Companhia obter receita operacional líquida de R\$ 5,2 bilhões e EBITDA de R\$ 4,4 bilhões no exercício, reflexo da competência da nova administração em manter o ritmo das operações do sistema e atender a todos os contratos vigentes. Todas as operações foram realizadas sem acidentes com afastamento dos colaboradores ou ocorrências de acidentes com danos ambientais ao longo do exercício de 2019.

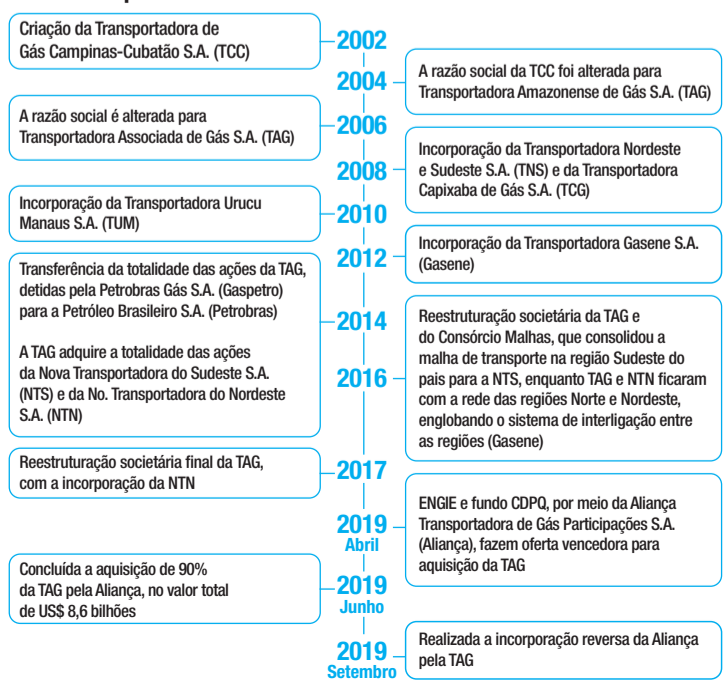
Destaque Financeiros em 2019

Receita operacional líquida	R\$ 5.195 milhões
EBITDA	R\$ 4.398 milhões
Resultado líquido	R\$ 2.111 milhões

Estrutura Societária

A TAG foi criada em 2002 pela Petrobras, com o nome de Transportadora de Gás Campinas-Cubatão S.A. (TCC), e a missão de abrigar o crescimento da malha de gasodutos da Petrobras no Brasil. Ao longo dos anos, a expansão dos negócios da estatal levou a diversas incorporações e alterações da razão social, conforme mostra a linha do tempo a seguir, até a reestruturação final em 2019.

Linha do Tempo



Políticas e Diretrizes Relevantes

- Política de Suprimentos
- Diretriz de Suprimentos
- Política do Canal de Denúncias
- Política de Prevenção de Conflitos de Interesses
- Código de Conduta de Relações com Fornecedores
- Diretriz de Recebimento e Oferecimento de Presentes, Brindes e Hospitalidades

A Companhia conta com práticas regulares de prevenção e verificação de situações de risco e fatos impróprios, como processos de due diligence, programas de conscientização, disposições contratuais e gestão de controle interno das atividades da TAG. A TAG possui um Comitê de Ética que monitora rigorosamente todas as políticas e todos os procedimentos e processos relacionados à prevenção de corrupção, suborno e quaisquer desvios éticos. O Comitê é um canal prioritário, sigiloso e com opção de anonimato, voltado a receber e apurar denúncias de casos que contrariem os valores e políticas da Companhia.

4.3. Planejamento Estratégico: A estratégia corporativa e os planos de ação de curto e longo prazo da TAG serão conduzidos em conformidade com o Plano de Negócios para o período 2020–2024, aprovado em 2019 pelo Conselho de Administração. Entre outros pontos, o plano dispõe de diretrizes para a consolidação do controle operacional e para os investimentos estratégicos, a fim de garantir a operação sustentável da Companhia.

Diretrizes Estratégicas

- Seguir o mais rigoroso padrão de ética, saúde e segurança, e a excelência nos serviços prestados
- Zelar pela preservação do meio ambiente, pelo atendimento aos requisitos dos órgãos ambientais e práticas sustentáveis
- Atender aos requisitos legais e regulatórios
- Cumprir prazos na execução de projetos, dentro dos custos previstos e com elevados padrões de qualidade
- Gerar valor para os acionistas
- Garantir ambiente de desenvolvimento saudável para seus colaboradores

Na Área de Tecnologia da Informação, a TAG implantou nova rede de telecomunicações e infraestrutura de TI, integradas às da ENGIE, em conformidade com os padrões de segurança cibernética. Ainda em 2019, foi iniciada a implementação de sofisticados sistemas da informação para garantir mais agilidade, controle e segurança nos processos das áreas operacionais, tais quais: sistema de gestão de gás, sistema de envio de informações para ANP, sistema de gestão de licenças ambientais. Em 2020, será iniciado o projeto de implementação do novo sistema Enterprise Resource Planning (ERP), permitindo ampliar a integração entre os processos corporativos. Refletindo os princípios de ética e governança de seus controladores, foi estabelecida, em 2019, uma nova Política de Suprimentos que determina avaliação criteriosa de fornecedores estratégicos e parceiros. Em paralelo, a TAG elaborou modelagens de processos e procedimentos capazes de agilizar e simplificar operações e controles internos. Foi implantada a tecnologia Business Intelligence (BI) para estreitar a parceria com fornecedores e assegurar uma relação transparente e produtiva. Para garantir uma gestão integrada e eficiente de riscos e oportunidades, a Companhia adotou o processo Enterprise Risk Management (ERM), em parceria com a ENGIE, alinhado às melhores práticas internacionais. O programa considera diversas dimensões e envolve os riscos nas áreas de ética e compliance, TI e plataformas digitais, regulatório, socioambiental, saúde e segurança no trabalho e continuidade dos negócios.

5. GESTÃO DOS NEGÓCIOS

A relação comercial entre uma transportadora de gás natural e seus clientes – chamados de carregadores – é regida por Contratos de Serviço de Transporte de Gás Natural, regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Todos os contratos vigentes da TAG em 2019 têm como carregador a Petrobras. Assim, a TAG recebe o gás natural diariamente nos Pontos de Recebimento de sua malha e entrega-o de volta ao carregador Petrobras nos Pontos de Entrega (city gates), tendo como contrapartida a receita do serviço de transporte, composta da parcela de efetiva movimentação de molécula e também do encargo de capacidade não utilizada (ship-or-pay). Detentora da mais extensa rede de gasodutos de transporte do país, com aproximadamente 4.500 km, a TAG está presente em três regiões do território nacional e dez estados brasileiros: Amazonas, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro. Ao longo do exercício de 2019, a Companhia operou cinco contratos de transporte: Gasene (dividido em dois trechos Sul e Norte), Malha Nordeste, Pilar-Ipojuca, Sistema Urucu-Manaus e Atalaia-Laranjeiras. A soma das Quantidades Diárias Contratadas (QDC) desses cinco contratos corresponde a 74,67 milhões m³/dia de gás natural. Em março de 2019, antes da alienação da Companhia, foi encerrado o Contrato de Serviço de Transporte Extraordinário do Gasoduto Atalaia-Laranjeiras, firmado entre a TAG e a Petrobras. Além disso, está em processo de análise e aprovação pela ANP, a minuta do Contrato de Serviço de Transporte Extraordinário para o Sistema Lagoa Parda-Vitória, pelo período de um ano.

Contrato/Trecho	Extensão (km)	Vencimento
Gasene Sul		
Gasene Norte	1.400	Novembro de 2033
Malhas Nordeste	2.000	Dezembro de 2025
Pilar - Ipojuca	200	Novembro de 2031
Urucu - Manaus	800	Novembro de 2030
Lagoa Parda - Vitória	100	A ser assinado em 2020

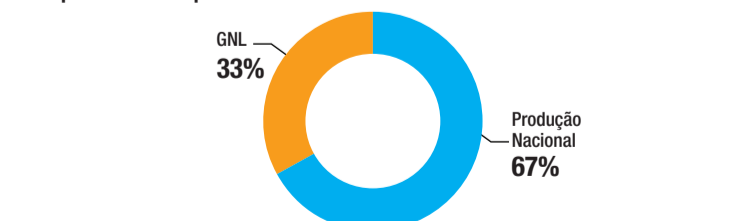
5.1. Contratos de Transporte: Por ser uma atividade regulada no setor de infraestrutura no Brasil – que exige a aplicação de capital intensivo com características de monopólio natural e indústria de rede – o retorno dos investimentos realizados em construção, manutenção, aprimoramento ou expansão dos gasodutos deve ser analisado e validado previamente pelo órgão regulador e garantido contratualmente, independentemente das eventuais flutuações na demanda por transporte de gás. Para tanto, os contratos de transporte contam com uma cláusula denominada Encargo de Capacidade Não Utilizada (ship-or-pay). Essa metodologia encontra-se alinhada às boas práticas internacionais do setor de transporte de gás natural, visando promover um ambiente seguro para atração de investimentos de longo prazo, ao mesmo tempo em que permite viabilizar mecanismos de modicidade tarifária para atendimento aos usuários no mercado.

5.2. Correção de Tarifas: Em 2019, aproximadamente 66% das receitas dos contratos da TAG estavam atreladas à correção anual pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), 16% indexadas ao Índice de Preços para o Consumidor Amplo (IPCA) e 18% ao dólar americano (USD).

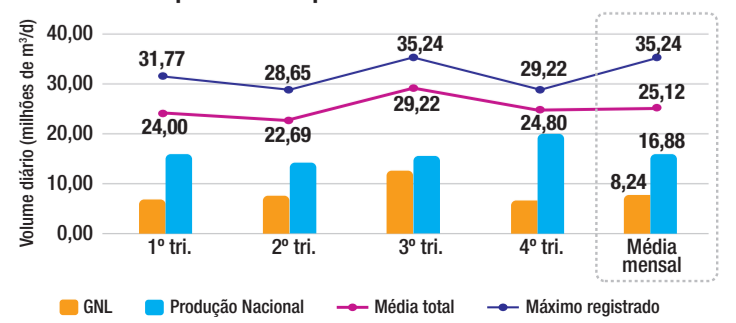
Contrato/Trecho	QDC (MMm ³ /dia)	QDC (%)	Participação na Receita (%)	Média Movimentada (MMm ³ /dia)	Máximo Movimento Registrado (MMm ³ /dia)	Data da Máxima Registrada
Gasene Sul	20,00	26,80	19,70	6,16	13,98	22/08/2019
Gasene Norte	10,30	13,80	18,00	8,07	15,23	22/08/2019
Malhas Nordeste	21,58	28,90	23,90	19,33	24,24	15/02/2019
Pilar - Ipojuca	15,00	20,10	6,60	5,58	7,83	21/12/2019
Urucu - Manaus	6,29	8,40	31,70	4,80	5,71	13/11/2019
Atalaia - Laranjeiras	1,50	2,00	0,10	0,11	0,35	19/01/2019
Total	74,67	100,00	100,00	44,05	67,33	

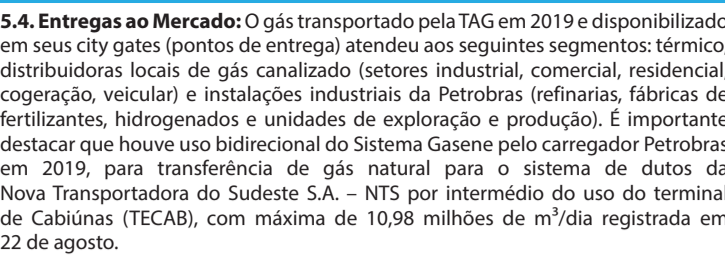
5.3. Recebimento de Gás: Dos 14 pontos de recebimento de gás destinados às regiões Norte, Nordeste e Sudeste, 11 referem-se ao recebimento de gás produzido e processado em território brasileiro e respondem por 67% do total de gás natural injetado na malha da TAG em 2019. Os outros três pontos correspondem a injeções na malha da TAG provenientes de importação (33%), por intermédio dos Terminais de GNL (gás natural liquefeito) em Pecém (CE), com um ponto de recebimento, e na Bahia, que conta com dois pontos.

Recebimento de Gás Natural na Malha da TAG por Fonte de Suprimento - 2019



Volume Recebido por Fonte de Suprimento - Média Trimestral 2019





O quadro a seguir permite visualizar a média das entregas por região, em cada trimestre e no agregado do ano, assim como os volumes diários máximos registrados em cada período. Em 2019, a média mensal atingiu 24,85 milhões de m³/dia, com máxima de 36,32 milhões de m³/dia.

Volume Entregue por Região - Média Trimestral 2019

Período	Norte	Nordeste	Sudeste	Média total	Máximo registrado
1º tri.	23,77	31,77	28,95	28,64	36,32
2º tri.	22,42	28,95	28,64	24,59	28,71
3º tri.	28,64	28,71	24,59	5,11	36,32
4º tri.	24,59	5,11	5,18	24,85	24,85
Média mensal	14,57	5,11	5,18	24,85	24,85

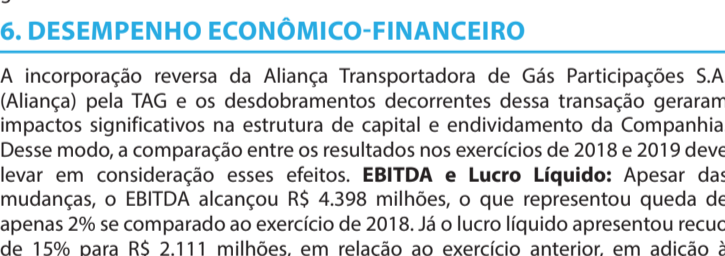
5.5. Manutenção e Integridade: Para garantir que a mudança de controle acionário da TAG ocorresse sem interrupção dos serviços, os novos acionistas assinaram, na data da venda, um novo contrato de prestação de serviços de apoio técnico com a Petrobras Transporte S.A. (Transpetro), subsidiária integral da Petrobras, em substituição ao contrato existente até então entre as subsidiárias da estatal. A prestação de serviços pela Transpetro engloba a operação de transporte do gás natural da malha da TAG e também as adequadas manutenção e inspeção da rede, para assegurar a disponibilidade operacional, a segurança das pessoas e instalações e a integridade dos ativos. A Transpetro tem padrão reconhecido na prestação de serviço de operação e manutenção na indústria de transporte de gás natural. Aproveitando a expertise e as melhores práticas internacionais na operação de ativos de transporte de gás, a TAG conta com o apoio operacional e técnico da GRTgaz – empresa pertencente ao Grupo ENGIE e operadora de rede de transporte de gás com mais de 32 mil km na França.

5.6. Desenvolvimento de Projetos: Os projetos e investimentos que haviam sido postergados em função do processo de alienação da TAG, foram retomados no 2º semestre de 2019. Para assegurar a disponibilidade e a confiabilidade da rede, foram investidos R\$ 24 milhões no exercício de 2019: R\$ 10 milhões alocados na adequação e manutenção da malha de gasodutos e na adequação e modernização de pontos de entrega (CAPEX), e R\$ 14 milhões na retomada de projetos hibernados ou compromissos assumidos com órgãos reguladores, ambientais e federais (OPEX). Após a mudança do controle acionário, a Administração redefiniu o escopo de projetos, aprovando o novo programa de investimentos de aproximadamente R\$ 1 bilhão para o período 2020–2024. Somente em 2020, a Companhia vai destinar o equivalente ao valor investido nos últimos cinco anos, representando um aumento altamente expressivo comparado ao período anterior. É importante salientar que os investimentos são informados previamente ao órgão regulador (ANP) para análise e validação, o que garante, dessa forma, os critérios de transparência e modicidade tarifária. Esses investimentos devem estar alinhados às necessidades do mercado e incorporados à base de ativos regulados da TAG, uma vez viabilizados.

5.6.1. Projetos Concluídos: • Serviços de Recuperação do Dique do Rio Almada, localizado no município de Itajuípe (BA); Intervenção em Travessia no Gasoduto SAN-CAM 18” (Rio Jacumirim), no Estado da Bahia. **5.6.2. Projetos em Andamento:** • Substituição de trechos de tubulação no Gasoduto Cacimbas-Vitória (Sistema Gasene), em virtude da alteração de classe de locação; • Intervenções para substituição de trechos em travessias de rios por onde passam os Gasodutos Gasalp e Nordeste; • Proteções mecânicas no Gasoduto Gasfor, no trecho do município de Caucaia (CE); • Retomada do programa de Overhaul dos Turbocompressores e Motorgeradores a Gás das Estações de Compressão; • Desmontagem do ponto de entrega PE Goiana I e execução dos serviços complementares remanescentes do PE Goiana II. **5.6.3. Perspectivas 2020–2024:** No contexto do Plano de Negócios planejado para 2020, são destacados os seguintes projetos: • Programa de Melhorias do Sistema de Medição e Monitoramento do fluxo de gás natural na malha de transporte; • Plano de Overhaul dos turbocompressores, visando maximizar a disponibilidade do sistema de compressão; • Avaliação da retomada de trechos do gasoduto Gasfor II; • Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados operacionais (SCADA); • Sistema de Controle e Despacho Comercial; • Ampliação e implantação de novos Pontos de Recebimento e Entrega, entre outros. Em razão do processo de abertura do mercado de gás natural no Brasil, há boas perspectivas para o estímulo a novos investimentos em infraestrutura que viabilizem a otimização e/ou a expansão da capacidade da malha (adequações e/ou investimentos em novos city gates, dutos, estações de compressão, sistemas de supervisão e informação), contribuindo para o acesso de novos agentes. Também foram realizadas análises técnicas preliminares para atender às consultas de agentes do mercado a respeito de adequações que permitam potenciais novas conexões na malha de gasodutos da TAG.

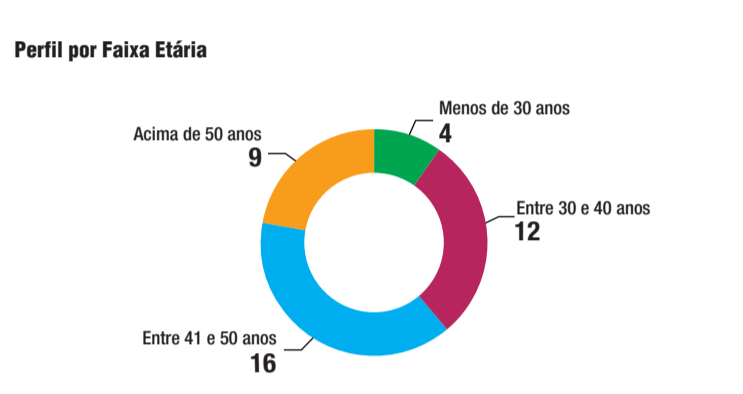
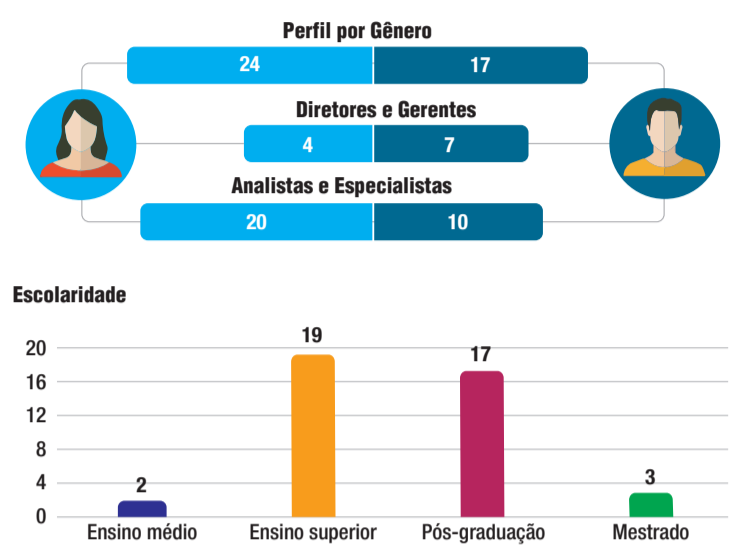
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A incorporação reversa da Aliança Transportadora de Gás Participações S.A. (Aliança) pela TAG e os desdobramentos decorrentes dessa transação geraram impactos significativos na estrutura de capital e endividamento da Companhia. Desse modo, a comparação entre os resultados nos exercícios de 2018 e 2019 deve levar em consideração esses efeitos. **EBITDA e Lucro Líquido:** Apesar das mudanças, o EBITDA alcançou R\$ 4.398 milhões, o que representou queda de apenas 2% se comparado ao exercício de 2018. Já o lucro líquido apresentou recuo de 15% para R\$ 2.111 milhões, em relação ao exercício anterior, em adição à incorporação reversa, principalmente, que aumentou o nível de endividamento e a base de ativos depreciáveis (mais-valia). **Custo dos Serviços Prestados:** Os custos dos serviços prestados em 2019 totalizaram R\$ 588 milhões representando um aumento de 17% em relação ao ano anterior, devido principalmente ao novo contrato de Operação e Manutenção (O&M) com a Transpetro. **Despesas Gerais e Administrativas:** As despesas gerais e administrativas atingiram o valor de R\$ 75 milhões em 2019, um aumento de 34%, principalmente em razão do aumento significativo nas despesas de compartilhamento de custos com a Petrobras, anterior à nova administração, pela utilização de serviços de contabilidade, tributária, execução financeira, jurídico, entre outros. **Resultado Financeiro:** Em razão do aumento significativo do nível de endividamento da TAG derivado da combinação de negócios, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 660 milhões, versus resultado negativo de R\$ 242 milhões em 2018. A Companhia contratou operações de swap com o objetivo de fixar a taxa de juros da dívida em dólar (Libor), eliminando assim o risco de variação de taxa de juros. O instrumento financeiro derivativo (swap) é classificado ao “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes”. Destaca-se que a TAG realiza Hedge de fluxo de caixa e sua dívida em moeda estrangeira é classificada ao “Valor justo por meio de outros resultados abrangentes”. **IRPJ e CSLL:** As despesas de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apuradas sobre o lucro no exercício de 2019 atingiram o montante de R\$ 713 milhões, sendo 22% menores, devido principalmente à menor base tributável com a depreciação da mais-valia, amortização do ágio (goodwill) e resultado financeiro (maior endividamento), resultantes da combinação de negócios com a Aliança. **Composição da Dívida:** • Mercado interno: R\$ 14 bilhões, financiado por três bancos locais, remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) mais 1,80% a.a., com amortizações semestrais e vencimento em junho de 2026. O saldo em 31/12/2019 foi de R\$ 13,7 bilhões. • Mercado externo: US\$ 2,45 bilhões, financiado por um pool de 12 bancos internacionais, ao custo de Libor acrescido de spread inicial de 2,3% (terminando em 3,6%), com amortizações semestrais e vencimento em junho de 2027. O saldo em 31/12/2019 foi de R\$ 9,9 bilhões.



O financiamento no mercado externo foi dimensionado de forma que a oscilação em moeda estrangeira sobre a dívida varie de acordo com o faturamento também em dólar americano de uma parcela do contrato Gasene, havendo assim uma simetria entre a receita e o serviço da dívida.

7.1. Capital Humano: Em 2019, foi constituída equipe multidisciplinar composta por cerca de 20 colaboradores ENGIE com expertise para a condução das diferentes frentes do projeto de transição e integração da TAG, como Pessoas & Cultura (Recursos Humanos), Jurídico, Governança e Compliance; Tecnologia da Informação; Comercial e Regulatório; Financeiro; Saúde, Meio Ambiente e Segurança; Operações e Manutenção; entre outros. A criação da nova estrutura organizacional foi um dos principais focos da Área de Pessoas & Cultura. O processo de constituição dos times foi conduzido tendo como parâmetros a valorização do capital humano que já prestava serviço para a TAG, a diversidade e a busca por profissionais com o conhecimento necessário à continuidade das operações. No encerramento do exercício, o time da TAG estava composto por 41 colaboradores próprios e 50 prestadores de serviço, com a perspectiva de alcançar, até junho de 2020, o total de 100 integrantes em seu quadro efetivo. Alinhado às melhores práticas da ENGIE, o processo de Gestão de Pessoas vem sendo construído tendo como principais objetivos para o próximo exercício a consolidação da estrutura de cargos e pessoas, conforme organograma já aprovado pelo Conselho de Administração, o aprofundamento do processo de definição de responsabilidades e competências das diversas áreas e cargos, a definição de plano de treinamento e a implantação de programa de change management apoiado nos pilares de Saúde, Meio Ambiente e Segurança (SMS), Ética, Diversidade e Colaboração e Inovação.



7.1.1. Modelo de Liderança: A TAG entende que a cultura se constrói com base em atitudes, valores e crenças compartilhadas entre líderes e colaboradores, em como são organizados os processos e em como são reconhecidas e valorizadas as pessoas. Para garantir a sustentabilidade dos negócios, a Companhia utiliza o Modelo de Liderança adotado pela ENGIE, que pauta as atitudes e os comportamentos necessários para atingir os melhores resultados. O comprometimento, a integridade, o respeito e a humanidade são essenciais para moldar o ambiente organizacional da TAG.



7.1.2. Treinamento: A TAG acredita em seus talentos e incentiva seus profissionais a encontrar na Companhia oportunidades para vencer novos desafios, oferecendo programas de treinamento voltados ao exercício de novas competências e habilidades de liderança. Em 2019, foram promovidos cursos nas Áreas de TI, Ética, Liderança e SMS, além de treinamentos para abordar a cultura da ENGIE. Em apenas quatro meses, considerando a admissão dos primeiros colaboradores na TAG em setembro, 297 horas foram dedicadas ao treinamento de profissionais.

Números de Horas de Treinamento	Homens	Mulheres	41%	59%
297	123	174	41%	59%

7.1.3. Capacitação Global: A TAG compartilha dos mesmos compromissos e desafios do Grupo ENGIE em escala global, visando promover ações corporativas de desenvolvimento e integração para seus colaboradores. Para isso, a TAG participa da ENGIE University, universidade corporativa do Grupo ENGIE, que disponibiliza diferentes programas educacionais e de desenvolvimento para seus colaboradores. Entre eles, destaca-se o U.Camp, evento realizado em alguns dos 70 países onde a ENGIE possui negócios. Com estrutura física temporária, o U.Camp integra cursos de capacitação em diferentes áreas, promovendo a troca de experiências entre os participantes, além de fortalecer a transmissão de conhecimentos sobre o posicionamento do Grupo no contexto da transição energética. Em setembro de 2019, foi realizada mais uma edição do evento no Brasil, da qual participaram 36 colaboradores e prestadores de serviço da TAG. **7.1.4. Reconhecimento e Recompensas:** A TAG proporciona um ambiente de trabalho ético e com segurança que prioriza o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional e o estímulo ao desenvolvimento de seus colaboradores. Seu modelo de reconhecimento tem como parâmetros reforçar no colaborador o sentimento de pertencimento, garantir o tratamento igualitário, com respeito, dignidade e imparcialidade e eliminar eventuais incoerências e distorções que possam causar desequilíbrios. A Companhia dispõe de uma política de recompensa justa e competitiva, alinhada ao mercado, com a intenção de atrair e reter talentos, e uma política de benefícios capaz de propiciar as condições adequadas ao exercício das atividades de seus profissionais. O programa de benefícios inclui previdência complementar (com coparticipação de 100% da Companhia), plano de saúde extensivo às famílias, auxílio-creche; auxílio-academia; auxílio-alimentação/refeição (inclusive durante o período de férias), transporte, programas de qualidade de vida, política de idiomas para o desempenho da função e programa de educação continuada, decorrente da avaliação de competências e necessidades do cargo. Trabalhadores terceirizados também dispõem de um programa de benefícios em caráter permanente, composto por vale-alimentação e planos de saúde, que têm seus valores incluídos nos contratos com as fornecedoras de serviços.

7.2. Segurança e Saúde Ocupacional: Durante 2019, nenhum acidente com afastamento envolvendo colaboradores próprios ou terceirizados foi registrado, o que atesta a eficiência e válida o esforço contínuo na conscientização, capacitação e controle dos riscos nos processos e atividades da TAG. Para a Companhia, saúde e segurança são prioridade e se aplicam a todos os seus colaboradores, fornecedores, visitantes, clientes e comunidades adjacentes às suas instalações. A TAG mantém, em caráter preventivo e obrigatório, o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e o Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), conforme determinado pelo Ministério do Trabalho. Em adição, são realizados os seguintes programas: Plano de Conservação Auditiva, Plano de Proteção Respiratória, Plano de Resposta a Emergência, entre outros. A Companhia gerencia sistematicamente os riscos gerados em suas atividades e vem implantando as melhores práticas nacionais e internacionais para evitar a ocorrência de acidentes e/ou assegurar a minimização de seus efeitos. Esse posicionamento fica evidente na contratação de serviços e/ou fornecimento de bens: para cada contrato, são categorizados os riscos da atividade e definidas as diretrizes de SMS adequadas ao objetivo e às condições da atividade, que constam como anexos contratuais para que sejam rigorosamente cumpridas pela empresa contratada. Por intermédio das empresas contratadas, são realizados simulados anuais de campo e de comunicação nas instalações da TAG com o objetivo de promover o treinamento nos processos de resposta a emergências. Esses simulados contam com a participação das comunidades locais e instituições públicas, como Defesa Civil e Corpo de Bombeiros. Em 2019, foram realizados mais de 10 simulados de campo e 20 simulados de comunicação pela Transpetro. São desafios permanentes da Companhia:

- Integridade de Pessoas e Bens: Visa prever e prevenir situações de risco que possam colocar em perigo a vida dos nossos colaboradores.
- Qualidade de Vida no Trabalho: Visa a melhoria contínua do ambiente de trabalho, buscando prevenir as doenças relacionadas nas atividades exercidas.
- Profissionalismo: Visa desenvolver a consciência e o comprometimento de todos os colaboradores com as ações de SMS através das lideranças.

A Companhia está comprometida com o conceito Sem Vidas em Risco (No Life at Risk), baseado em quatro pilares para prevenir a ocorrência de acidentes: • Regras que Salvam Vidas: 11 regras fundamentais que devem ser respeitadas por todos em qualquer local; • Parada de Atividade - STOP: alerta, parada da atividade e retomada somente quando as condições de segurança forem restauradas; • HIPO: incidente com alto potencial de gravidade, que deve ser devidamente comunicado e tratado; • Vigilância Compartilhada: todos vigilantes para a segurança de cada um. Em 2019, foi lançada na Companhia a campanha Minuto Salva Vidas, que reforça a importância de fazer um minuto de pausa antes do início de qualquer atividade para avaliar os seus riscos.



- Regras que Salvam Vidas**
- Coloco o cinto de segurança antes de iniciar trabalhos em altura.
 - Certifico-me da ausência de energia ativa: mecânica, química, elétrica e de fluidos sob pressão, antes de iniciar os trabalhos.
 - Não permaneço na direção de veículos ou equipamentos em movimento.
 - Antes de entrar numa vala, verifico se as paredes de suporte estão bem colocadas.
 - Antes de entrar num espaço confinado, certifico-me de que a atmosfera foi testada e que é vigiada durante toda a operação.
 - Não ando nem permaneço embaixo de cargas suspensas.
 - Não utilizo o telefone nem outro meio de comunicação quando estou dirigindo.
 - Antes de realizar trabalhos a quente, verifico se não existe risco de incêndio ou de explosão.
 - Não dirijo sob o efeito de álcool ou de entorpecentes.
 - Alerto, reduzo a velocidade e olho pelos retrovisores antes de virar ou recuar.
 - Certifico-me de que todas as medidas de segurança foram realizadas, antes de iniciar as atividades de mergulho.

Para reforçar o uso das ferramentas de gestão de segurança, em 2019, foi lançada ainda a campanha Mandala de Segurança, com as etapas PLANEJAR, FAZER, CHECAR e AGIR, disseminada tanto nas frentes de serviço da TAG, como nas obras de recuperação do dique do rio Almada, localizado no município de Itajuípe/BA.



PLANEJAR	FAZER
Reforçamos a necessidade de preparação das atividades por meio de Procedimentos, Instruções de Trabalho e Análises Preliminares de Riscos, considerando as Regras que Salvam Vidas, para evitar potenciais riscos aos colaboradores.	Reforçamos as campanhas de Análise de Risco de Último Minuto e a Parada da Atividade (STOP) para verificar a existência de riscos potenciais antes do início da realização da atividade.
AGIR	CHECAR
Reforçamos a importância do relato de situações de risco e de incidentes de alto potencial de gravidade (HIPOs) e o compartilhamento das boas práticas relacionadas à saúde e à segurança.	Mostramos a importância da Vigilância Compartilhada para que todo colaborador seja responsável pela sua segurança e a dos seus colegas.

8. GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

8.1. Meio Ambiente: O respeito ao meio ambiente é uma premissa fundamental da TAG. A Companhia promove continuamente a identificação dos aspectos e impactos de suas operações e realiza programas e ações de monitoramento e controle para a proteção do meio ambiente. Todas as atividades são executadas em conformidade com a legislação vigente e com as condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais de seus ativos, renovados periodicamente. A cada empreendimento ou intervenção nos ativos já existentes, a Companhia elabora novos estudos e programas nas regiões de influência para identificar e avaliar os impactos nas comunidades, na fauna, na flora, no solo, nos recursos hídricos e no ar e propõe medidas para eliminar, minimizar ou compensar eventuais impactos. Em 2019, diante da necessidade de realizar manutenções preventivas e corretivas na malha, foram solicitadas diversas análises aos órgãos ambientais, entre elas a anuência para a realização da troca de três trechos do Gasoduto Cacimbas-Vitória, em uma extensão de aproximadamente 2 km. A Companhia também deu prosseguimento aos programas ambientais nas áreas de influência de seus ativos, de acordo com o previsto nas respectivas licenças de operação, como a manutenção da faixa e controle de processos erosivos, gerenciamento de resíduos e efluentes, monitoramento e controle da poluição atmosférica e ruído, controle e acompanhamento do crescimento populacional, comunicação social, educação ambiental, conservação de ecossistemas e gerenciamento de risco. Deu andamento ainda à manutenção e ao monitoramento dos plantios de reposição florestal em área de aproximadamente 175 hectares. Durante os meses de novembro e dezembro de 2019, foi realizado o ciclo de Auditoria Ambiental de Conformidade Legal em instalações da Companhia, em atendimento ao determinado em condicionantes de licenças emitidas pelo Ibama, para avaliar os requisitos do sistema de gestão, a conformidade legal e o controle ambiental. Foram feitas quatro auditorias em pontos da malha, com a presença de especialistas, que geraram relatórios de conformidade, identificação de oportunidades de melhoria e necessidades de gerenciamento de risco. A presença de especialistas do setor também é constante em todas as obras de ampliação, modernização e aperfeiçoamento da infraestrutura da rede.

8.2. Responsabilidade Social: Atuar com responsabilidade em relação ao meio ambiente e a sociedade é requisito primordial para a TAG. A Companhia tem como princípio contribuir para o desenvolvimento social das comunidades nas áreas de sua influência, garantindo o respeito aos direitos humanos, à cidadania e à diversidade, combatendo todas as formas de discriminação e adotando comportamento ético e transparente, alinhado com seu Código de Ética. A Companhia busca permanentemente respeitar o direito de propriedade, promover o diálogo e o engajamento com as partes interessadas e estabelecer uma comunicação sistemática, objetiva, transparente e eficaz com diferentes públicos, como comunidades, proprietários, líderes, fornecedores, órgãos competentes e acionistas. Para tanto, dispõe de um programa robusto de comunicação e educação ambiental para moradores do entorno e profissionais próprios e terceirizados, que engloba treinamento, simulados, reuniões, palestras, folders, seminários, entre outros. Em outra vertente, a Companhia mantém o Programa de Acompanhamento do Controle Populacional para supervisão do crescimento da área urbana no entorno da faixa de servidão, instrumento que norteia decisões juntamente com as análises de risco. Durante o ano de 2019, a Transpetro, atual operadora dos gasodutos e instalações da TAG, realizou palestras, reuniões, visitas domiciliares e outras ações para difundir informações relacionadas à operação das instalações e assuntos relativos à Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)							
Ativo	Nota	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	341	-	Fornecedores	10	173	127
Contas a receber clientes, líquidas	7.1	1.259	1.354	Financiamentos	11	2.342	912
Contas a receber FIDC	7.2	-	3.108	Arrendamentos mercantis	12	15	-
Imposto de renda e contribuição social	14	71	35	Imposto de renda e contribuição social	14	-	61
Impostos e contribuições		74	71	Impostos e contribuições		96	40
Depósitos vinculados		49	-	Dividendos propostos	15.6	-	524
Outros ativos circulantes		42	-	Outras contas e despesas a pagar		68	45
		1.836	4.568			2.694	1.709
Não Circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Financiamentos	11	21.230	2.269
Depósitos judiciais	22.2	112	93	Arrendamentos mercantis	12	21	-
Imposto de renda e contribuição social	14	25	13	Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	1.362	580
Impostos e contribuições		17	17	Provisão para processos judiciais e administrativos	22	67	22
Adiantamento a fornecedores		-	4	Outras contas e despesas a pagar		40	48
Depósitos para incentivos fiscais	16	139	126			22.720	2.919
		293	253			25.414	4.628
Imobilizado	8	30.608	12.716	Patrimônio líquido			
Intangível	9	2.505	7	Capital	15.1	2.256	5.907
		33.113	12.976	Transações de capital	15.2	1.339	1.339
				Reservas de lucros	15.5	6.752	5.670
				Outros resultados abrangentes		(519)	-
						9.828	12.916
						35.242	17.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)											
Saldos em 1º de janeiro de 2018	Capital	Transações de capital	Outros resultados abrangentes	Reserva de combinação de negócios	Legal	Especial	Incentivos fiscais	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Reservas de lucros	Total do patrimônio líquido
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	-	-	-	(1.497)	-	-	(1.497)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	5.212	-	12.458
Destinações:									2.479		2.479
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	-	124	-	258	1.573	(1.955)	-	(524)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(524)	(524)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	5.907	1.339	-	-	529	2.426	1.142	1.573	-	-	12.916
Lucro do exercício	5.907	1.339	-	-	-	-	-	-	5.670	-	12.916
Incorporação reversa da Aliança	(4.612)	-	60	2.985	-	-	-	-	2.111	-	2.111
Hedge de fluxo de caixa	962	-	(579)	-	-	-	-	-	(14)	-	(1.581)
Dividendos aprovados	-	-	-	-	-	(2.426)	-	(1.573)	4	-	387
Destinações:									(5)		(4.004)
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	(66)	(78)	2.067	173	-	(2.096)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	2.257	1.339	(519)	2.919	451	2.067	1.315	-	-	-	9.828
	2.257	1.339	(519)	-	-	-	-	-	6.752	-	9.828

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)						
	2019	2018		2019	2018	
Receitas			Distribuição do valor adicionado			
Serviços e outras receitas (Nota 17)	6.276	6.346	Pessoal e administradores			
Receitas relativas à construção de ativos para uso	-	16	Salários e encargos (Nota 18)	32	30	
	6.276	6.362		32	30	
Insumos adquiridos de terceiros			Tributos			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(662)	(517)	Federais	1.272	1.768	
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(61)	(47)	Estaduais	483	435	
Perdas no valor de recuperação de ativos - <i>Impairment</i>	-	(225)	Municipais	27	23	
	(723)	(789)		1.782	2.226	
Valor adicionado bruto	5.553	5.573	Instituições financeiras e fornecedores			
Depreciação e amortização (Nota 8.1)	(918)	(596)	Juros, variações cambiais e monetárias	957	521	
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	4.635	4.977		957	521	
Valor adicionado recebido em transferência			Acionistas			
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	247	278	Reservas de lucro	117	-	
	247	278	Dividendos	-	524	
Valor adicionado a distribuir	4.882	5.255	Lucros retidos	1.994	1.954	
				2.111	2.478	
			Valor adicionado distribuído	4.882	5.255	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A COMPANHIA E SUAS OPERAÇÕES

1.1. Operação da Companhia: A Transportadora Associada de Gás S.A. ("TAG") ou "Companhia") é uma sociedade por ações, constituída em 07 de fevereiro de 2002, com a missão de atuar no segmento de transporte e armazenagem de gás natural em geral, por meio de gasodutos, terminais ou embarcações, próprios ou de terceiros. A atividade principal da Companhia se concentra no transporte dutoviário de gás natural. As principais características técnicas dos ativos são: • Aproximadamente 4.500 km de gasodutos de alta pressão no litoral Nordeste/Sudeste (3.700 km) e na Amazônia (800 km); • 11 estações de compressão (6 próprias e 5 subcontratadas); • Rede com diversos pontos de interconexão; √ 10 distribuidoras de gás; √ 90 pontos de entrega; √ Fornecimento a refinarias, plantas de fertilizantes e usinas elétricas; √ 14 pontos de entrada de gás; √ 5 pontos de interconexão. A Companhia possui contratos de serviços de transporte, todos celebrados com o carregador Petróleo Brasileiro S.A. - Petróbras e regulados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, resumidos a seguir: a) Malha Nordeste para 21,6 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até dezembro de 2025; b) Sistema Gasene para 20,0 milhões de m³/dia no trecho sul e 10,3 milhões de m³/dia para trecho norte, com prazo de duração de 25 anos e vigência até novembro de 2033; c) Uruçu-Coari-Manaus para 6,3 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2030; d) Pilar-Ipojuca para 15 milhões de m³/dia, com prazo de duração de 20 anos e vigência até novembro de 2031. Em 17/03/2019 foi encerrado o prazo de vigência do Contrato de Serviço de Transporte Extraordinário do Gasoduto Atalaia-Laranjeiras (GAL) celebrado entre TAG e Petrobras. Por conseguinte, conforme previsão contratual, o Contrato de Locação do referido gasoduto, também celebrado entre TAG e Petrobras, foi encerrado na mesma data. A operação e a manutenção da malha de dutos de transportes própria da TAG são realizadas pela Petrobras Transportes S.A. - Transporto. Adicionalmente, a TAG contrata serviços de compressão, por meio de estações alugadas de terceiros. **1.2. Combinação de negócios: 1.2.1. Mudança do controle acionário:** Em 05 de abril de 2019, a sua controladora à época, Petróleo Brasileiro S.A., informou que o grupo ENGIE, conjuntamente com o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec ("CDPQ"), apresentou a melhor proposta no âmbito do processo competitivo de desinvestimento de 90% da participação na TAG, que estava sujeita à aprovação do contrato de compra e venda de ações, como também à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Em 25 de abril de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda, com a Aliança Transportadora de Gás Participações S.A. ("Aliança"), para adquirir o controle da TAG. Em 13 de junho de 2019, após o cumprimento de todas as condições precedentes previstas no contrato de compra e venda, a operação foi concluída pelo valor de R\$ 33,5 bilhões. A atual composição acionária da Companhia e respectivas participações é CDPQ (31,50%), Engie Brasil Energia (29,25%), GDF International ("GDFI") (29,25%) e Petrobras (10%). A TAG continuará prestando os serviços de transporte de gás natural para a Petrobras, por meio dos contratos de longo prazo já vigentes entre as duas companhias, sem qualquer impacto em suas operações. **1.2.2. Reestruturação Societária - Incorporação reversa:** Posteriormente, as administrações das companhias Aliança e TAG promoveram uma reestruturação societária com o objetivo principal de atender às exigências do contrato de financiamento detido pela Aliança em que os credores financeiros exigiam que as dívidas da Aliança fossem unificadas com os ativos e passivos da TAG, por meio da incorporação da investidora Aliança. O processo de reestruturação foi aprovado pelos representantes de ambas as companhias em 02 de setembro de 2019, por meio do protocolo de incorporação e justificação, que contempla as bases da operação de incorporação da Aliança pela TAG. Os impactos da incorporação reversa na TAG podem ser assim sumarizados:

	Balanco inicial	Ajustes de incorporação	Saldo após incorporação
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	959	12	971
Contas a receber clientes	1.292	-	1.292
Imposto de renda e contribuição social	203	4	207
Impostos e contribuições	65	-	65
Depósitos vinculados	252	-	252
Outras ativos circulantes	3	-	3
	2.774	16	2.790
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	111	-	111
Imposto de renda e contribuição social	12	-	12
Impostos e contribuições	18	-	18
Imposto de renda e contribuição social diferidos	913	1.334	2.247
Depósitos para incentivos fiscais	238	-	238
	1.292	1.334	2.626
Imobilizado	12.369	16.845	29.214
Intangível	7	-	7
Total ativo	16.442	18.195	34.637
Passivo circulante			
Fornecedores	175	-	175
Financiamento	2.029	(460)	1.569
Arrendamentos mercantis	2	-	2
Imposto de renda e contribuição social	327	-	327
Impostos e contribuições	88	1	89
Outras contas e despesas a pagar	40	-	40
	2.661	(459)	2.202
Passivo não circulante			
Financiamentos	-	23.280	23.280
Arrendamentos mercantis	26	-	26
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.874	-	1.874
Provisão para processos judiciais e administrativos	21	-	21
Outras contas e despesas a pagar	36	-	36
	1.957	23.280	25.237
Patrimônio líquido			
Capital social	5.907	(4.612)	1.294
Transações de capital	1.339	-	1.339
Reserva de lucros	4.578	(14)	4.565
	11.824	(4.626)	7.198
Total Passivo	16.442	18.195	34.637

O patrimônio líquido negativo da Aliança após ajustes de incorporação de R\$ 4.612 foi registrado como redução do capital social da TAG. **1.2.3. Reconhecimento do ágio e da participação de não controladores:** Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da

contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Os custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos. Após a incorporação reversa, a TAG reconheceu a participação de não controladores pelo valor justo registrando um valor de R\$ 1.864 referente à parcela da Mais-Valia do ativo imobilizado além do reconhecimento do ágio (*Goodwill*) atribuível aos não controladores no valor de R\$ 2.528. Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. A seguir os ajustes derivados da combinação de negócios efetuados após a incorporação reversa:

Ativo	2019
Imobilizado (Mais-Valia dos não controladores)	1.864
Intangível (<i>Goodwill</i>)	2.528
Ativo fiscal diferido	(774)
Total	3.618
Passivo	2019
Reserva de combinação de negócios	2.985
Passivo fiscal diferido	633
Total	3.618

1.2.4. Novos eventos - venda de participação remanescente: No dia 11 de dezembro de 2019, a acionista Petrobras divulgou fato relevante relacionado à venda de sua participação remanescente de 10% na TAG, contendo os critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais participantes. Em 13 de dezembro, os acionistas ENGIE e CDPQ, ressaltaram interesse na participação do processo para a aquisição dos 10%, por meio de comunicado ao mercado. Engie e CDPQ possuem direito de preferência na aquisição da participação remanescente. A venda da participação remanescente da TAG pela Petrobras não resultará em mudança no controle acionário.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Boards (IASB), publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 09 de março de 2020. **2.1. Práticas contábeis:** O sumário das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras está apresentado na Nota 3. **2.2. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, ajustado ao valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. **2.3. Uso de estimativa e julgamento:** Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, e são revisados periodicamente pela Administração. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na Nota 4. **2.4. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2019, os requerimentos contidos no CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil. **2.4.1. Mudança na apresentação da DRE - Reapresentação:** Para melhor comparabilidade da despesa com imposto de renda, conforme apresentada na DRE de 2019, a Companhia reclassificou a receita com incentivos fiscais sobre o imposto de renda (Lucro da exploração) de R\$ 258 que em 2018 estava apresentado em Outras (receitas) despesas operacionais para a linha de Imposto de renda e contribuição social. As reclassificações e os impactos na DRE podem ser sumarizadas no quadro a seguir:

	Originalmente apresentada 31/12/2018	Reclassificações 31/12/2018	Reapresentada 31/12/2018
Receita de serviços	4.943	-	4.943
Custo dos serviços prestados	(1.098)	-	(1.098)
Lucro bruto	3.845	-	3.845
Gerais, administrativas e tributárias	(80)	-	(80)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	128	(258)	(130)
	(48)	(258)	(210)

Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos

	3.893	(258)	3.635
Resultado financeiro líquido	(242)	-	(242)
Receitas financeiras	211	-	211
Despesas financeiras	(240)	-	(240)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(213)	-	(213)
Lucro antes dos impostos	3.651	(258)	3.393
Imposto de renda e contribuição social	(1.172)	258	(914)
Lucro do período	2.479	-	2.479

2.5. Demonstração do valor adicionado: As demonstrações do valor adicionado ("DVA") apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tal riqueza foi distribuída. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. **2.6. Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o real, por ser a moeda de seu ambiente econômico de operação. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações financeiras ora apresentadas. **3.1. Instrumentos Financeiros: 3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa:** São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações financeiras. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas. **3.1.2. Contas a receber de clientes:**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)			
	Nota	2019	2018
Receita de serviços	17	5.195	4.943
Custo dos serviços prestados	19	(1.506)	(1.098)
Lucro bruto		3.689	3.845
Gerais e administrativas e tributárias	18	(75)	(80)
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas	20	(131)	(130)
		(206)	(210)
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		3.483	3.635
Resultado financeiro líquido	21	(659)	(242)
Receitas financeiras		118	211
Despesas financeiras		(775)	(240)
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(2)	(213)
Lucro antes dos impostos		2.824	3.393
Imposto de renda e contribuição social	14	(713)	(914)
Lucro do exercício		2.111	2.479

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)			
	2019	2	

NOTAS EXPLICATIVAS (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

pelos encargos estabelecidos nos contratos. Maiores informações sobre as transações entre partes relacionadas estão apresentadas na Nota 13. **3.9. Reconhecimento de receitas de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela. A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização. As receitas da Companhia são baseadas nos contratos de transporte de gás natural (Nota 1.1), que inclui cláusulas de "ship or pay", na qual a Petrobras (carregadora) se obriga a pagar à TAG pela capacidade de transporte contratada, independentemente do volume transportado. **3.10. Contratos de arrendamento (leasing):** Os arrendamentos da Companhia são avaliados conforme o IFRS 16 - CPC 06 (R2). Essa rubrica inclui os alugueis de imóveis e de equipamentos de compressão conforme descrito na Nota 12.

4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS RELEVANTES

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados. A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia. **4.1. Premissas para testes de recuperabilidade de ativos (impairment):** Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente, os ativos imobilizados e intangíveis. No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para avaliar se há evidências de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Em situações não comuns, se tais evidências são identificadas, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação desses ativos (impairment). Esses testes envolvem algumas variáveis e incertezas no que se refere às projeções de fluxos de caixa, para avaliação dos ativos em uso, e às definições dos valores de mercado dos ativos, para os mantidos para venda. **4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências:** A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizadas, a Companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares. Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na Nota 22. **4.3. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável e a expectativa de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

As principais normas emitidas pelo IASB que entraram em vigor e tiveram sua adoção pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 são as seguintes: **5.1. International Accounting Standards Board (IASB): 5.1.1. IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil":** Em 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu o IFRS 16 - Leases (IFRS 16), que passou a vigorar a partir de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, em substituição aos seguintes pronunciamentos e interpretações: IAS 17 - Leases; IFRIC 4 - Determining whether an Arrangement contains a Lease; SIC-15 - Operating Leases - Incentives; e SIC-27 - Evaluating the Substance of Transactions Involving the Legal Form of a Lease. O IFRS 16 contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. **Práticas contábeis:** Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminou a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, passando a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultam no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados e um passivo de arrendamento. Com a adoção do IFRS 16, a Companhia deixa de reconhecer custos e despesas operacionais oriundas de contratos de arrendamento mercantis operacionais e passa a reconhecer em sua demonstração de resultado: (i) os efeitos da depreciação dos direitos de uso dos ativos arrendados; e (ii) a despesa financeira e a variação cambial apuradas com base nos passivos financeiros dos contratos de arrendamento mercantil. A Companhia adotou no reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato. **Transição:** Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRS 16, para fins de adoção inicial a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, não reapresentando suas demonstrações financeiras de períodos anteriores, bem como aplicou os seguintes expedientes: • Aplicação do pronunciamento aos contratos que foram identificados como arrendamento conforme Nota 12 de pagamentos mínimos de arrendamento mercantil operacional; • O passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes, líquidos de impostos recuperáveis, quando aplicável, descontado utilizando a taxa incremental sobre empréstimo da Companhia na data da aplicação inicial; • O ativo de direito de uso é reconhecido com base no valor do passivo de arrendamento, ajustado por qualquer pagamento de arrendamento antecipado ou acumulado referente a esse arrendamento, reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. Não foram considerados os custos diretos iniciais da mensuração do direito de uso na data da aplicação inicial. **Estimativas e julgamentos relevantes:** Considerando que a Companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento são mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontado, utilizando taxas incrementais na data de adoção inicial. **Apresentação:** Os ativos de direito de uso são apresentados no Imobilizado, representando, principalmente, arrendamento de máquinas, equipamentos e edificações. Os passivos de arrendamento são apresentados em conta específica. Nesse sentido, as mudanças trazidas pelo IFRS 16 quanto ao reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos mercantis ocasionaram, em sua adoção inicial, aumentos de R\$ 68 nos saldos de Imobilizado e passivo, respectivamente e, em virtude da mensuração dos ativos de direito de uso ser equivalente ao passivo de arrendamento, tais mudanças não impactaram o Patrimônio líquido da Companhia em 1º de janeiro de 2019. Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que atualmente são apresentados atualmente como fluxos de caixa das atividades operacionais, são apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros. Contudo, essa alteração não gera impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia. **5.1.2. IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro:** A partir de 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a interpretação técnica IFRIC Interpretation 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments (IFRIC 23), emitida pelo IASB. O IFRIC 23 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Quando há incerteza sobre tratamentos de tributos sobre o lucro, esta interpretação trata: • Se a entidade deve considerar tratamentos fiscais incertos separadamente; • As premissas que a entidade deve elaborar sobre o exame de tratamentos fiscais por autoridades fiscais; • Como a entidade deve determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais; e • Como a entidade deve considerar mudanças em fatos e circunstâncias. Conforme previsto nas disposições transitórias do IFRIC 23, a Companhia aplicou os requerimentos retrospectivamente, com o efeito cumulativo da adoção reconhecida na data da aplicação inicial como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados. A Companhia não identificou impactos materiais na aplicação do IFRIC 23.

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras da Companhia são mantidas para o pagamento de compromissos de caixa de curto prazo, estando concentradas, no fundo Bradesco FIC RF CRED PRIV BANCOS (gestão feita pelo Banco Bradesco) e CDB Bradesco. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixo risco. A rentabilidade média do fundo no ano de 2019 foi de cerca de 100% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários).

	2019	2018
Bancos conta movimento	-	-
Fundo Bradesco FIC RF CRED PRIV BANCOS	128	-
CDB Bradesco	212	-
Outras aplicações financeiras	1	-
Total	341	-

7. CONTAS A RECEBER**7.1. Contas a receber clientes, líquidas:**

	2019	2018
Clientes	-	-
Terceiros	4	4
Partes relacionadas (Nota 13)	1.258	1.353
	1.262	1.357

Perdas de crédito esperadas - PCE

Total	(3)	(3)
	1.259	1.354

Não incidem juros sobre os saldos de contas a receber, os quais consideram termos de pagamento de 40 dias. Em 31 de dezembro de 2019 não há atrasos no contas a receber da Companhia. **7.2. Recebíveis de ativos financeiros:** Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não tem mais recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) (R\$ 3.108 em 2018). O FIDC-NP era destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP era tratada como "recebíveis", considerando que o lastro desse fundo era principalmente, em direitos creditórios adquiridos, classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

8. IMOBILIZADO**8.1. Movimentação do imobilizado:**

	Edificações e benfeitorias	Gasodutos e equip. transp.	Ativos em construção	Direito de uso	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	111	13.065	346	-	13.522
Adições	-	-	15	-	15
Transferências (*)	-	23	(23)	-	-
Depreciação	(8)	(588)	-	-	(596)
Impairment - constituição (Nota 8.3)	-	-	(225)	-	(225)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	103	12.500	113	-	12.716
Custo	168	18.171	113	-	18.452
Depreciação acumulada	(65)	(5.671)	-	-	(5.736)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	103	12.500	113	-	12.716
Adições	-	27	14	68	109
Baixas (**)	-	(3)	(1)	(3)	(7)
Transferências (***)	208	(207)	(2)	-	(1)
Depreciação (****)	(10)	(876)	-	(32)	(918)
Incorporação da Aliança (Mais-Valia)	-	18.709	-	-	18.709
Saldo em 31 de dezembro de 2019	301	30.150	124	33	30.608
Custo	379	36.610	124	65	37.178
Depreciação acumulada	(79)	(6.459)	-	(32)	(6.570)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	300	30.151	124	33	30.608
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	16 a 30	até 30	-	1 a 2	-

(*) Inclui o distrato do contrato de aluguel, além da transferência entre contas do ativo imobilizado.

(**) Inclui a retirada do reconhecimento do Leasing de Atalaia-Laranjeiras com a Petrobras.

(***) Inclui a reclassificação de Edificações e benfeitorias referente a Mais-valia.

8.2. Abertura por tempo de vida útil estimada:

	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.2019
Vida útil estimada				
até 5 anos	103	(70)	-	33
6 - 10 anos	106	(106)	-	-
11 - 15 anos	33	(30)	-	3
16 - 20 anos	3.748	(169)	-	3.579
21 - 25 anos	15.325	(403)	-	14.922
26 - 30 anos	17.205	(5.496)	-	11.709
30 anos em diante	535	(297)	-	238
Edificações e benfeitorias	37.055	(6.571)	-	30.484
Equipamentos e outros bens	378	(78)	-	300
Direito de uso	36.612	(6.462)	-	30.150
	64	(31)	-	33

8.3. Hibernação do Projeto GASFOR II - Impairment: A Companhia decidiu paralisar o desenvolvimento do projeto GASFOR II em 31 de dezembro de 2018, resultando no reconhecimento de perdas por desvalorização no montante de R\$ 225 no mesmo período. Passando a ser considerado como projeto hibernado. Portanto, em 2019, todos os gastos referentes ao projeto estão sendo reconhecidos no resultado do exercício, totalizando R\$ 14.

9. INTANGÍVEL**9.1. Movimentação:**

	Goodwill	Servidão Passagem	Sistemas e softwares	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	a	b	c	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	7	-	7
Adições	2.528	-	-	2.528
Ajuste de preço	(30)	-	-	(30)
Transferências	-	-	1	1
Baixa	-	(1)	-	(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.498	6	1	2.505
Custo	2.498	6	3	2.507
Amortização acumulada	-	-	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.498	6	1	2.505

a) Goodwill gerado na combinação de negócios (Nota 1.2.3). Este item não é amortizado; b) Servidão de passagem é a área utilizada pela TAG para implantação de faixas; c) Sistemas e softwares é composto por licenças de softwares e aplicativos.

10. FORNECEDORES

	2019	2018
Terceiros no país	10	13
Partes relacionadas (Nota 13)	163	114
Saldo total no Passivo Circulante	173	127

11. FINANCIAMENTOS

Em 13 de janeiro de 2019, foi concluída a operação de compra e venda para alienação de 90% da participação da Petrobras na TAG para o grupo formado pela ENGIE e pelo fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec ("CDPQ"), que utilizaram uma companhia brasileira de capital fechado, denominada Aliança Transportadora de Gás Participações S.A. ("Aliança") para adquirir o controle da TAG (Nota 1.2.1). Na mesma data, a Aliança fez um mútuo com a TAG no valor de R\$ 1.993, cujos recursos foram destinados a liquidação do saldo de dívida junto ao BNDES. Para a aquisição do controle da TAG a Aliança contraiu empréstimos no mercado interno e no mercado externo. • Mercado interno: Debêntures no valor total de R\$ 14.000 ao custo de CDI mais 1,80% a.a., com amortizações semestrais e vencimento em junho de 2026, sendo os credores Itaú (R\$ 4.368), Bradesco (R\$ 4.816) e Banco do Brasil (R\$ 4.816); • Mercado externo: Bonds ("USD Facility") no valor total de USD 2.450 ao custo de Libor acrescido de spread (iniciando em 2,3% e terminando em 3,6%), com amortizações semestrais e vencimento em junho de 2027. Os principais credores foram Sumitomo Mitsui (USD400), Mitsubishi UFJ (USD 400), Mizuho (USD 400), Societe Generale (USD 350), BNP Paribas (USD 350), ING (USD 350) e Credit Agricole (USD200). Em setembro de 2019, os credores iniciais finalizaram o processo de sindicalização com o ingresso de mais cinco instituições financeiras. O saldo devedor passou a ficar então distribuído entre Mizuho (USD 300), Mitsubishi UFJ (USD 300), Sumitomo Mitsui (USD 300), BNP Paribas (USD 300), Societe Generale (USD 300), ING (USD 225), Credit Agricole (USD 200), Santander (USD177,5), Intesa Sanpaolo (USD 177,5), ABN Amro (USD 100), Credit Industriel et Commercial (USD 50) e Allianz Fund Investments (USD 20); Em 02 de setembro de 2019, através da incorporação reversa, o mútuo com a Aliança foi eliminado e a TAG passou a ser a devedora das dívidas acima mencionadas. Adicionalmente, os principais compromissos financeiros contratuais (financial covenants) estabelecidos são: • Índice de cobertura do serviço da dívida: a razão entre o fluxo de caixa disponível e o serviço da dívida, deve ser maior ou igual a 1,10 durante a vigência dos contratos de financiamento. Ao final de 2019 o índice verificado foi de 1,57; • Índice de alavancagem: a razão entre a dívida líquida e o EBITDA deve ser menor ou igual a 4,5 no exercício fiscal de 2020, 4,0 no exercício fiscal de 2021 e 3,5 nos demais exercícios fiscais (a primeira medição será feita com base no exercício fiscal de 2020). A Companhia contratou operações de Swap com as instituições financeiras: BNP Paribas, Credit Agricole e Itaú. Este swap tem como objetivo a proteção dos fluxos de pagamentos futuros de juros e principal do USD Facility, inclusive o imposto de renda incidente sobre eles, contra as oscilações da taxa Libor. Para esta operação foram aplicadas as regras de contabilidade de Hedge de fluxo de caixa para o seu registro contábil. Dessa forma, tanto os empréstimos objeto do Hedge quanto o instrumento de Hedge (Swap) são mensurados pelo valor justo em contrapartida do outros resultados abrangentes, protegendo a Companhia dos efeitos financeiros, bem como dos impactos em seus resultados da variação da Libor. Em 18 de dezembro de 2019 a Companhia realizou sua primeira emissão de Notas Promissórias no valor e R\$ 300 ao custo de CDI acrescido de 0,75% a.a., cuja amortização única e total se dará em seu vencimento, dezembro de 2020, tendo como credor o Banco Bradesco S.A.. Os recursos foram destinados à formação de capital de giro para financiar a implementação do plano de negócios da Companhia. Em 13 de dezembro de 2019 ocorreu o primeiro pagamento programado das Debêntures, do USD Facility e do seu respectivo Swap. Foram desembolsados R\$ 923 para o pagamento de juros e principal das debêntures; R\$ 117 para pagamento de juros e principal do USD Facility, e R\$ 4 para o ajuste do Swap.

11.1. Movimentação da dívida:

	Saldo final em 31.12.2017	Incorporação Aliança	Captações	Eliminações Incorporação	Amortizações de Principal	Amortizações de Juros	Encargos incorridos no período	Variações monetárias e cambiais	Variações instrumento Hedge	Saldo final em 31.12.2018
País	3.881	-	-	-	(890)	(241)	238	193	-	3.181
Total	3.881	-	-	-	(890)	(241)	238	193	-	3.181
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	912
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.269

	Saldo final em 31.12.2018	Incorporação Aliança	Captações	Eliminações Incorporação	Amortizações de Principal	Amortizações de Juros	Encargos incorridos no período	Variações monetárias e cambiais	Variações instrumento Hedge	Saldo final em 31.12.2019
País	3.181	13.993	2.293	(2.029)	(3.597)	(639)	474	29	-	13.705
Exterior	-	10.856	-	-	(242)	(281)	193	(311)	(349)	9.866
Total	3.181	24.849	2.293	(2.029)	(3.839)	(919)	667	(282)	(349)	23.571
Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.342
Não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	-	21.230

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

	-	-	2.293	-	(3.839)	(919)	-	-	-	-
--	---	---	-------	---	---------	-------	---	---	---	---

11.2. Cronograma de amortização da dívida:

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Moeda Nacional	2.214	2.323	2.629	2.858	2.980	2.895	1.345	-	17.244
Debêntures	1.074	1.579	1.987	2.351	2.615	2.696	1.309	-	13.611
Notas Promissórias	300	-	-	-	-	-	-	-	300
Encargos	840	744	642	507	365	199	36	-	3.333
Moeda Estrangeira	1.028	1.119	1.211	1.307	1.406	1.504	1.613	7.228	16.416
USD Facility	590	642	721	812	911	1.020	1.151	7.012	12.859
Encargos	438	477	490	495	495	484	462	216	3.557
Total	3.242	3.442	3.840	4.165	4.386	4.399	2.958	7.228	33.660

11.3. Composição da dívida:

	Circulante	Não Circulante	2019 Total	Circulante	Não Circulante	2018 Total
--	------------	----------------	------------	------------	----------------	------------

Mensurados ao custo amortizado

Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-
BNDES	-	-	-	896	2.269	3.165
Debêntures	1.074	12.537	13.611	-	-	-
Notas Promissórias	300	-	300	-	-	-
Encargos	37	-	37	16	-	16
	1.411	12.537	13.948	912	2.269	3.181

Mensurados ao valor justo

Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-
USD Facility	545	9.092	9.637	-	-	-
Encargos	26	-	26	-	-	-
	571	9.092	9.663	-	-	-
	1.982	21.629	23.611	912	2.269	3.181

11.4. Indexação da dívida:

Moeda Nacional	-	-	-	-	-	2019	2018
TJLP	-	-	-	-	-	-	3.20

NOTAS EXPLICATIVAS (Em milhões de reais, exceto se indicado de outra forma)

13.2. Remuneração da administração da Companhia: A remuneração atribuída a título de honorários da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho de Administração durante o exercício de 2019 totalizou R\$ 4 (R\$ 4 em 2018).

14. TRIBUTOS

14.1. Tributos correntes: Impostos e contribuições

	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Imposto de renda	54	29	23	12	-	35
Contribuição social	17	6	2	1	-	26
ICMS	1	1	-	-	48	36
PIS e COFINS	59	62	17	17	34	-
Outros impostos	14	8	-	-	14	4
Total	145	106	42	30	96	101

Os créditos de PIS e COFINS registrados no ativo não circulante são oriundos das aquisições de bens e serviços para o ativo imobilizado em construção, os quais vem sendo aproveitados desde o momento da entrada em operação em consonância as Leis 10.637/2002 (PIS) e 10.833/2003 (COFINS).

14.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos - não circulante:

a) A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	2019		2018	
	Base de cálculo	Total	Base de cálculo	Total
Natureza dos créditos				
Prejuízos fiscais acumulados	2.322	580	206	786
Swap- instrumentos financeiros (CPC 48)	424	106	38	144
Provisões para glosa de faturamento	409	102	37	139
Varição cambial da dívida	363	91	33	124
Impairment projeto GASFOR II	225	56	20	76
Outras diferenças temporárias	141	35	13	48
Total diferido ativo	3.884	970	347	1.318
Depreciação acelerada				
Mais-valia alocada ao ativo imobilizado	5.074	1.269	457	1.726
Parcela atribuída aos não-controladores	1.841	460	166	626
Goodwill	149	37	13	50
Juros capitalizados	103	26	9	35
Diferença de vida útil do ativo imobilizado	684	171	62	233
Outras diferenças temporárias	28	7	3	10
Total diferido passivo	7.879	1.970	710	2.680
Valor líquido	(3.995)	(1.000)	(363)	(1.362)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos: A Companhia mantém o reconhecimento dos créditos fiscais diferidos ativos com base na projeção de lucro tributável para os exercícios subsequentes, sendo tal projeção revisada anualmente. A Administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos fundamentados nas projeções efetuadas. Em 31 de dezembro de 2019, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Ativos	Passivos
2020	-	-
2021	77	-
2022	-	-
2023	9	-
2024	23	(14)
2025 em diante	1.209	2.694
Total	1.318	2.680

14.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro: A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Resultado antes dos tributos	2.824	3.393
Alíquota nominal	34%	34%
Despesa às alíquotas nominais	(960)	(1.153)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Reversão do diferido*	114	-
Incentivos fiscais	174	258
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(22)	(24)
Outros	(19)	5
Composição dos tributos no resultado	(713)	(914)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(234)	(425)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(479)	(489)
Total	(713)	(914)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,25%	26,94%

* A Companhia decidiu por fazer a reversão dos saldos de impostos diferidos constituídos em anos anteriores em função da falta da expectativa de realização e/ou liquidação.

14.4. Subvenções e assistências governamentais: A companhia possui incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis em 75%, cujo montante é calculado com base no lucro da exploração para os empreendimentos incentivados situados na área de atuação da SUDAM e SUDENE. A seguir estão listadas as unidades produtivas incentivadas.

Unidade	Objeto do incentivo	Percentual	Enquadramento
EDG - (Pojuca/BA)	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação
EDG - São Francisco do Conde - BA	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação
EDG - Pilar	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação
EDG - Atalaia (Aracaju/SE)	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação
Gasoduto Uruçu-Manaus Caucaia/CE	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação
Pilar/Ipojuca/AL	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação
PR Cacimbas/ES	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação
São Sebastião do Passé	Exploração do transporte de gás natural através de gasodutos e disponibilidade da capacidade instalada da malha de gasodutos.	75%	Instalação

O valor apurado relativo ao lucro da exploração aplicado na redução do imposto de renda do exercício foi de R\$ 173 (em comparação com R\$ 258 no exercício de 2018). Esse montante foi transferido, ao final do exercício fiscal, para a reserva de incentivos fiscais nos termos do Regulamento do Imposto de Renda - RIR.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

15.1. Capital:

	2019	2018
Capital		
Capital Social realizado	1.295	5.907
Ajuste - normas contábeis	961	-
Total	2.256	5.907

15.1.1. Capital social realizado: Em 31 de dezembro de 2019 o capital social realizado é de R\$ 1.295 (R\$ 5.907 em 2018) e representado por 359.833 ações ordinárias (1.000.000 em 2018), sem valor nominal. A Assembleia Geral Extraordinária, em 02 de setembro de 2019, aprovou o instrumento particular de protocolo e justificativa de incorporação da Aliança pela TAG, resultando em uma redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 4.612. **15.1.2. Capital - ajuste de normas contábeis:** Em razão da incorporação reversa, o valor de R\$ 961, que compunha Outros Resultados Abrangentes da Aliança, e fez parte do acervo líquido que serviu a redução de capital, teve que ser reconstituído, permitindo assim que a Companhia apropriasse no resultado do exercício, a parcela devida da variação cambial da dívida e o ajuste a valor justo do Swap.

15.2. Transações de capital: Compõe-se dos ganhos obtidos pela diferença entre o valor pago nas aquisições das participações, estipulado contratualmente, e o patrimônio líquido das empresas TUM e Gasene, conforme previsão contratual; também são compostas do ganho gerado em função da reestruturação societária das empresas transportadoras de Gás (TAG, NTN e NTS), que encerrou o Consórcio Malhas e a consequente reversão do leasing da Petrobras com a NTN, além da reversão do leasing da Petrobras com a TAG. **15.3. Reserva de Combinação de negócios:** Constituída em 2019, em razão da combinação de negócios, onde foram reconhecidos a parcela da Mais-Valia dos não controladores (R\$ 1.864) e o respectivo passivo fiscal diferido (R\$ 643), além do Ágio (R\$ 2.528) e a reversão do ativo fiscal diferido que estava reconhecido na Aliança (R\$ 774). **15.4. Outros resultados abrangentes:** Registra as variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos das seguintes transações: (i) Hedge de fluxo de caixa de instrumentos financeiros de taxas de juros sobre compromissos contratados pela Companhia e (ii) Hedges de fluxo de caixa sobre compromissos futuros em moeda estrangeira firmados pela Companhia.

15.5. Reservas de lucros: a) Reserva legal: Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o estatuto social da Companhia. **b) Reserva Especial:** Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, poderão ser distribuídos como dividendos. **c) Reserva de incentivos fiscais:** Constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195 - A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social. No exercício de 2019, foram destinados do resultado R\$ 173 (R\$ 258 em 2018), de incentivo para subvenção de investimentos no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), referentes à realização de parte dos depósitos para reinvestimento com recursos do imposto de renda, conforme determina o DL nº 1.598/77, atualizado pela Lei nº 12.973/14. **15.6. Dividendos:** Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 5% (cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e estipulado no estatuto social da Companhia. O estatuto social ainda prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório. Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	2.111	2.479
Apropriação:		
Reserva legal	-	(124)
Reserva de incentivo fiscal	(173)	(258)
Lucro básico para determinação do dividendo	1.938	2.097
Dividendos mínimos obrigatórios	97	524
Dividendos propostos	3.907	1.573
Total de dividendos propostos	4.004	2.097

16. DEPÓSITOS INCENTIVADOS PARA REINVESTIMENTO

Reinvestimento é um benefício fiscal que permite às empresas consideradas prioritárias, que estejam em operação na área da SUDAM ou SUDENE, reinvestir em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos para reinvestimento correspondem a 30% do imposto de renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de recursos próprios. Os valores depositados são corrigidos pela taxa Extra-Mercado do Banco Central e reconhecida no resultado do exercício.

	2019	2018
Depósitos para incentivos fiscais		
BASA (SUDAM)	80	73
BNB (SUDENE)	59	53
Total	139	126

17. RECEITA DE SERVIÇOS

	2019	2018
Receita bruta de serviços de transporte	4.356	4.266
Receitas de direitos não exercidos (breakage)	1.920	1.703
Receita bruta total da prestação de serviços	6.276	5.969
PIS	(102)	(101)
COFINS	(477)	(467)
ICMS	(475)	(434)
ISS	(27)	(24)
Deduções totais sobre serviços	(1.081)	(1.026)
Receita de serviços	5.195	4.943

Receita de serviços superior em 2019, devido aos reajustes contratuais das tarifas pelos índices inflacionários e o início em junho de 2019 do faturamento da indenização parcial do Sistema Gasene Sul, em função da redução da pressão no duto trecho Cacimbas-Vitória, pela Petrobras.

18. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2019	2018
Pessoal	(32)	(30)
Compartilhamento de custos*	(16)	(5)
Serviços de terceiros	(13)	(15)
TSA	(3)	-
Outros	(11)	(6)
Total	(75)	(56)

* Custos compartilhados pela utilização do suporte da Petrobras

19. CUSTOS POR NATUREZA

	2019	2018
Depreciação Imobilizado	(918)	(596)
Transpetro - O&M	(523)	(419)
SCOMP - serviços de compressão	(31)	(31)
Compartilhamento de faixas	(5)	-
Aluguéis diversos	(1)	(35)
Outros	(28)	(17)
Total custo dos serviços prestados	(1.506)	(1.098)

O aumento no custo dos serviços prestados pelo novo contrato com a Transpetro e do início da cobrança pelo compartilhamento de faixas. Ambos com início a partir de 13 de junho de 2019. A redução na rubrica "Aluguéis" se deve ao tratamento contábil dessas despesas (IFRS16) que passou a ser adotado no exercício de 2019. Maior depreciação do imobilizado em razão da adoção inicial do IFRS 16 (Nota 12) e da Mais-Valia resultada da combinação de negócios (Nota 1.2.1).

20. OUTRAS DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	2019	2018
Outras despesas operacionais		
Penalidade sobre venda de serviços (*)	(94)	117
Perda no valor de recuperação de ativos - Impairment (Nota 8.1)	-	(225)
Provisão com processos judiciais	(41)	(2)
Seguros	(40)	(9)
Despesa com projetos hibernados - GASFOR II (Nota 8.3)	(14)	-
Baixa de ativos	(5)	-
Outros	(16)	(11)
Outras receitas operacionais		
Despesas recuperadas	41	-
Receitas eventuais	38	-
Total	(131)	(130)

(*) Inclui R\$105 de penalidade de variação de volume prevista nos contratos de serviço de transporte celebrados com a Petrobras reconhecida em 2018 e revertida em março de 2019. As contas de outras despesas operacionais foram impactadas principalmente pela reversão da penalidade de variação de volume e o impairment de 2018. As outras receitas operacionais foram impactadas pela recuperação de despesas junto à Petrobras de eventos previstos no acordo de compra e venda.

21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	2019	2018
Encargos das dívidas	(667)	(233)
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	17	(193)
Encargo de pré-pagamento de dívida (BNDES)	(64)	-
Inefetividade do Hedge	(12)	-
Demais encargos das dívidas	(25)	(5)
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	(751)	(431)
Atualização monetária sobre dividendos	(52)	(86)
Receitas com recebíveis de ativos financeiros	123	201
Varição monetária das penalidades sobre venda de serviços	7	39
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	3	16
Arrendamentos - IFRS 16	(3)	-
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(9)	7
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	22	12
Outros resultado financeiros líquidos	(660)	(242)
Receitas	118	211
Despesas	(776)	(240)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(2)	(213)
Total	(660)	(242)

O resultado financeiro foi impactado principalmente pelo maior nível de endividamento da Companhia após a incorporação reversa da Aliança.

22. PROCESSOS JUDICIAIS E CONTINGÊNCIAS

22.1. Processos judiciais provisionados: A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a: • Processos fiscais, incluindo demandas relacionadas ao recolhimento de ISS e a questões relacionadas a crédito de ICMS oriundo de bens do ativo imobilizado; • Processos trabalhistas, destacando-se ações de terceirizados; • Processos cíveis, destacando-se os processos que foram considerados como passivos contingentes assumidos na combinação de negócios.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2019	2018
Passivo não circulante		
Trabalhistas	8	10
Fiscais	14	12
Cíveis	45	-
Total	67	22
Saldo inicial	22	21
Adições líquidas	45	1
Saldo final	67	22

Na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia considerou todas as informações disponíveis relativas aos processos em que é parte envolvida para realizar as estimativas dos valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos. No período de janeiro a dezembro de 2019, as principais movimentações na provisão ocorreram devido a assunção de passivos contingentes assumidos na combinação de negócios. Conforme o descrito no CPC 15, o adquirente deve reconhecer na data da aquisição um passivo contingente assumido na data se ele for uma obrigação presente que surge de eventos passados e seu valor justo puder ser mensurado confiavelmente. Desta forma, com auxílio de nossos consultores jurídicos mensuramos os processos judiciais, principalmente cíveis, que terão desembolso futuro independente da classificação feita de acordo com o CPC 25 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Tais ajustes foram feitas na alocação do preço de compra da TAG na Aliança Transportadora Gás na data da aquisição como ajuste do balanço de abertura e na incorporação reconhecidos nas demonstrações financeiras da TAG. **22.2. Depósitos judiciais:** Em 2019, a Companhia realizou depósitos judiciais no montante de R\$ 15, sendo, em sua maioria, para possibilitar a apresentação de seus recursos e demandas na defesa de seus interesses, além de fundamentar o pedido de suspensão da exigibilidade do crédito em execução. Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2019	2018
Ativo não circulante		
Trabalhistas	2	3
Fiscais	102	82
Cíveis	8	8
Total	112	93

22.3. Processos judiciais não provisionados: Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2019, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

	2019	2018
Natureza		
Fiscais	1.643	1.434
Cíveis	734	647
Ambientais	143	129
Trabalhistas	16	18
Outros	-	6
Total	2.536	2.234

Os quadros a seguir detalham as principais causas de natureza fiscal e cível, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Descrição dos processos de natureza fiscal

	2019	2018
Autor: Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo		
1) Aproveitamento indevido de crédito de ICMS - A.I. nº 4.026.759-3, 4.039.559-5, 4.005.552-8, 4.080.240-1, 4.075.651-8, 4.042.170-3, 12448.720721/2012-10 e 2019.000003570206-95.		
Execuções Fiscais nºs: 1500012-07.2016.8.26.0445, 1502030-61.2014.8.26.0577, 1500084-62.2014.8.26.0445 e 0008797-46.2018.8.19.0028.		
Situação atual: Os processos estão em diferentes estágios de tramitação, ainda pendentes de uma decisão judicial definitiva de mérito.	625	589

Autor: Secretaria de Fazenda do Estado do Espírito Santo		
2) Execuções Fiscais para cobrança de tributos da Gasene - 0000831-98.2014.8.08.0021, 0004187-86.2015.8.08.0047 e 0006111-84.2013.8.08.0021.		
Situação atual: Os processos estão em diferentes estágios de tramitação, ainda pendentes de uma decisão judicial de mérito.	367	347

Autor: União Federal		
3) Compensações de impostos federais não homologadas com as respectivas multas isoladas		
Processos nº 16682.901.968/2016, 16682.720.503/2013, 16682.721.208/2017, 16682.903.279/2017, 16682.		

Descrição dos processos de natureza ambiental	Estimativa 2019	2018
Autor: Ibama		
1) Execução Fiscal nº 0086464-96.2016.4.02.5101		
Situação atual: Execução Fiscal decorrente do AI nº 353451 lavrado pelo IBAMA referente à construção e montagem do gasoduto GASFOR II. A TAG ofertou garantia e apresentou os Embargos à Execução, os quais pendem de decisão definitiva.	88	77
Autor: Ministério Público Federal		
2) Processo nº 0003241-29.2013.4.02.5110		
Situação atual: Ação Civil Pública visando à cobrança da compensação ambiental referente à construção das Estações de Transferência de Custódia Japeri e Taubaté. A sentença favorável à TAG foi reformada em segunda instância, da qual foi interposto recurso que pede de julgamento.	35	31
Autor: Ibama		
3) AI nº 699482 Série "D"		
Situação atual: Auto de infração lavrado pelo IBAMA em razão de suposto descumprimento de condicionante ambiental. Após decisão administrativa desfavorável, a TAG interpôs recurso administrativo e aguarda julgamento.	18	18
4) Processos diversos de natureza ambiental	2	3
Total de processos de natureza ambiental	143	129

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa 2019	2018
Autor: Ministério Público do Trabalho		
1) Processo nº 0001931-58.2013.5.07.0003		
Situação atual: Ação Civil Pública visando tutelar os interesses dos empregados da sociedade responsável da construção e montagem do GASFOR II. Foi negado provimento ao Recurso Ordinário e de Revista da TAG, estando pendente de julgamento o agravo de instrumento em recurso de revista interposto.	11	10
2) Processos diversos de natureza trabalhista	7	8
Total de processos de natureza trabalhista	18	18

22.4. Ação judicial contra a ANP, relativa à alteração da tarifa de transporte do gasoduto Uruçu-Coari-Manaus: Em 24 de novembro de 2015, a TAG recebeu o Documento de Fiscalização nº 805.111.2015.33.470828, contendo Auto de Infração lavrado pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP em seu desfavor por suposta violação ao art. 28, da Lei nº 11.909/2009 ("Lei do Gás"). Para isto se sustentar, afirmou a ANP que a tarifa de transporte adotada no Contrato de Serviço de Transporte Firme de Gás Natural celebrado em 01/12/2010 ("CST") - cujo objeto é a prestação, pela TAG, do serviço de transporte de gás natural por meio do Gasoduto Uruçu-Coari-Manaus para a PETROBRAS - deveria ser aprovada pela Agência. Em resumo, o ponto de divergência entre a ANP e a TAG reside no fato de que aquela sustenta ser de sua competência a aprovação da tarifa de transporte no caso em tela, pois o CST foi firmado posteriormente ao advento da Lei do Gás, merecendo tratamento semelhante ao previsto legalmente para os gasodutos ditos "novos", disciplinados pelo art. 28 do referido diploma legal. No bojo do processo administrativo, a TAG sustentou, em sua defesa e posterior recurso, que, legalmente, o gasoduto Uruçu-Coari-Manaus era classificado como "existente" (art. 30 e seu §2º, da Lei do Gás), pois já estava em construção quando da publicação da lei, inclusive com Licença Ambiental de Instalação já emitida, não sendo aplicáveis as disposições do artigo 28 da Lei do Gás. Desta forma, não caberia à ANP a fixação da tarifa no caso concreto, dado inexistir previsão expressa neste sentido, não podendo o administrador ampliar sua competência sem autorização legal, sob pena de afrontar o princípio da legalidade e da segurança jurídica. Ademais, atribuir tal competência à ANP em momento posterior à decisão de investimento do empreendedor geraria instabilidade regulatória e frustraria a expectativa de retorno do capital investido. Em que pese a argumentação jurídica apresentada pela TAG, a ANP julgou, em última instância administrativa, procedente o auto de infração, aplicando a penalidade de multa em seu patamar máximo, no valor total de R\$ 2, e de suspensão parcial por 01 (um) dia das instalações do Gasoduto Uruçu-Coari e Gasoduto Coari-Manaus, a ser efetuada pela redução de 2,5% dos volumes de gás natural programadas para recebimento na data da suspensão. Além de tais penalidades, a ANP notificou à TAG determinando a celebração de Termo Aditivo ao CST visando à alteração da tarifa de transporte contratualmente prevista. Diante do encerramento da esfera administrativa e após autorização de sua Diretoria, a TAG ajuizou demanda judicial em face da ANP, autuada sob o nº 0164775 04.2016.4.02.5101, questionando: (i) a atribuição da Agência de aprovar a tarifa de transporte do Gasoduto Uruçu-Coari-Manaus; (ii) as penalidades administrativas aplicadas em decorrência de não constar no CST a tarifa fixada pela ANP; (iii) a Notificação que impôs à TAG a obrigação de celebrar o Termo Aditivo ao CST, de forma a contemplar tarifa de transporte inferior à contratualmente prevista. Após as alegações das partes e as manifestações no sentido de que não há outras provas a serem produzidas, o processo foi concluso ao magistrado para julgamento. Registre-se que, anteriormente ao ingresso da referida ação, a Companhia solicitou emissão de parecer por escritório externo acerca do tema, cujos termos, em síntese, encontram-se em consonância com a

defesa e recurso administrativo apresentados pela TAG perante a ANP. Em razão do transcurso do tempo sem solução judicial definitiva, TAG e Petrobras celebraram um Termo Aditivo ao CST visando à alteração da tarifa, condicionado ao desfecho do aludido processo judicial. Desta forma, o valor da tarifa de transporte original com os devidos reajustes poderá voltar a vigorar, caso a TAG se consagre vitoriosa na mencionada demanda. Diante do Aditivo celebrado, desde julho de 2018, houve uma redução na receita da TAG no montante de R\$ 95 milhões, além do reconhecimento da Companhia do faturamento líquido das glosas de janeiro a junho de 2018, no montante de R\$ 91, em função da aplicação do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes, (R\$ 177, de janeiro a dezembro de 2017, reconhecida como uma provisão para perda dos recebíveis). **22.5. Contingências indenizáveis:** Nos termos do Contrato de Compra e Venda de Ações celebrado entre a Petróleo Brasileiro S.A. - "Petrobras", Aliança Transportadora de Gás Participações S.A., GDF International, Engie Brasil S.A., Caisse de Dépôt et Placement du Québec, com intervenção da Transportadora Associada de Gás S.A. - TAG ("Companhia"), em 25 de abril de 2019, a Petrobras comprometeu-se a indenizar a Companhia em relação a quaisquer perdas sofridas em decorrência de decisões finais e transitadas em julgado, desfavoráveis para a Companhia, em relação a um determinado conjunto de processos que totalizam uma exposição no quarto trimestre de 2019 de aproximadamente R\$ 5.345.

23. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS
23.1. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. O instrumento financeiro derivativo (Swap) é classificado ao "Valor justo por meio de outros resultados abrangentes" (Hedge de fluxo de caixa). Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da empresa em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e estão demonstradas abaixo:

Ativos financeiros derivativos	2019	2018
Derivativos designados e efetivos como Instrumentos de hedge demonstrados ao valor justo	9.522	-
Passivos financeiros derivativos		
Derivativos designados e efetivos como Instrumentos de hedge demonstrados ao valor justo	9.945	-
Valor Líquido de ativos/passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial	423	-

Ativos financeiros derivativos
 Contraparte CACIB
 Contraparte BNP
 Contraparte Mizuho
 Contraparte Société Générale
 Contraparte Itaú

2019	2018
1.806	-
3.161	-
3.041	-
939	-
574	-
9.945	-

Passivos financeiros derivativos
 Contraparte CACIB
 Contraparte BNP
 Contraparte Mizuho
 Contraparte Société Générale
 Contraparte Itaú

2019	2018
1.886	-
3.302	-
3.177	-
980	-
600	-
423	-

23.2. Mensuração dos instrumentos financeiros: Os instrumentos financeiros da Companhia mensurados ao custo amortizado são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, depósitos judiciais, vinculados, fornecedores e debêntures. O swap e o empréstimo em moeda estrangeira são mensurados pelo valor justo por meio de resultado abrangente. A gestão da TAG é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos de seus acionistas. A gestão de riscos corporativos insere-se no compromisso da Companhia de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios, visando contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir. **23.3. Risco cambial:** O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia avalia permanentemente essas oscilações, buscando reduzir ao máximo o nível de exposição cambial. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um saldo de R\$ 9.663 referente a uma dívida indexada ao dólar americano ("USD Facility"). Em contrapartida, parte da receita do contrato de transporte do Sistema Gasene é

também indexado ao dólar americano. Como o volume financeiro dessa receita é equivalente ao volume financeiro do serviço da dívida do USD Facility, o risco de variação cambial é neutralizado pelas operações futuras da Companhia. **23.4. Risco de taxa de juros:** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um saldo de R\$ 13.948 referente à dívida indexada ao CDI (Debêntures e Nota Promissória). A tabela abaixo mostra a análise de sensibilidade do serviço da dívida nos próximos 12 meses em função de variação da taxa de juros.

Instrumentos	Exposição	Risco	Sensibilidade		
			Provável 4,50%	Possível 25%*	Remoto 50%*
Passivo Financeiro					
Debêntures	13.647	Alta do CDI	837	984	1.130
Nota Promissória	301	Alta do CDI	15	19	22
Ativo Financeiro					
Disponibilidade	341	Queda do CDI	15	12	8

* *Cenários projetados para 12 meses.* A Companhia contratou operações de Swap com o objetivo de fixar a taxa de juros do USD Facility, eliminando assim o risco de variação de taxa de juros. **23.5. Risco de crédito:** A Petrobras tem firmado com o Banco Santander S.A. o Contrato de Administração de Contas Vinculadas visando a diversificação do risco de crédito da Companhia em relação aos Contratos de Transporte de Gás (GTAs) que detém com a Petrobras e para que a Companhia não dependa exclusivamente de seu único cliente (Petrobras) para obtenção de suas receitas. Os recebíveis dados em garantia se referem aos depósitos feitos na conta vinculada, oriundos dos Contratos de Compra e Venda de Gás Natural (GSAs) nos quais a Petrobras atua como vendedora. Os depósitos realizados nesta conta visam garantir cobertura de no mínimo 130% do valor esperado dos faturamentos mensais da Companhia, devidos pela Petrobras no âmbito dos GTAs, além de quaisquer taxas e tributos que possam ser deduzidos pelo Banco Bradesco a cada mês. **23.6 Risco de liquidez:** O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia utiliza seus recursos para fazer frente às suas obrigações operacionais e para pagamento de credores. As origens de recursos somadas à posição financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2019 são suficientes para liquidação de suas obrigações de curto prazo. O risco de liquidez é administrado pela Companhia, investindo seu caixa em fundos de investimento com liquidez diária.

Vencimento	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
Moeda Nacional	2.387	2.323	2.629	2.858	2.980	2.895	1.345	-	17.417
Debêntures	1.074	1.579	1.987	2.351	2.615	2.696	1.309	-	13.611
Notas Promissórias	300	-	-	-	-	-	-	-	300
Encargos	840	744	642	507	365	199	36	-	3.333
Fornecedores	173	-	-	-	-	-	-	-	173
Moeda Estrangeira	1.028	1.119	1.211	1.307	1.406	1.504	1.613	7.228	16.416
USD Facility	590	642	721	812	911	1.020	1.151	7.012	12.859
Encargos	438	477	490	495	495	484	462	216	3.557
Total	3.415	3.442	2.840	4.165	4.386	4.399	7.228	33.833	

23.7. Risco de gerenciamento de capital: A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno por meio da otimização na alocação das dívidas e do patrimônio, mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida dentro dos parâmetros estabelecidos pelos credores e acionistas. A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures - líquidos dos efeitos do Hedge, financiamentos, deduzidos do caixa, do equivalente de caixa e dos depósitos em garantia vinculados às dívidas) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas.

	2019	2018
Dívida	23.572	3.181
(Depósitos vinculados aos serviços da dívida)	(48)	-
(Caixa e equivalentes de caixa)	341	-
Dívida líquida	23.865	3.181
Patrimônio líquido	9.828	12.916
Endividamento total/Patrimônio líquido	2,4	0,2

23.8. Seguros: 23.8.1. Riscos operacionais e lucros cessantes: A Companhia possui apólice de seguro de Danos Materiais e Lucros Cessantes - Property Damage and Business Interruption (PDBI). A vigência da apólice do PDBI vai até 31.05.2020, o valor em risco coberto é de R\$ 49. O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R\$ 3, por evento. **23.8.2. Outras coberturas:** A Companhia possui seguros de responsabilidade civil geral, responsabilidade civil de conselheiros, de diretores e de administradores, violência política e terrorismo, bem como seguro de vida em grupo para os seus empregados e diretores.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maurício Stolle Bähr - Presidente

Eduardo Sattamini
 Conselheiro

Martin Jahan de Lestang
 Conselheiro

Eduardo Edmond Farhat
 Conselheiro

Raphael Barreau
 Conselheiro

Alexandre Atallah
 Conselheiro

Cynthia Santana Silveira
 Conselheira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019; e (iii) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Com base nos documentos examinados, nos esclarecimentos prestados por representantes da Companhia e da auditoria externa, fundamentado no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no efeito do tema abordado no parecer dos auditores independentes na seção "base para opinião com ressalva", os membros do Conselho Fiscal concluíram que as referidas demonstrações financeiras, relatório da administração, destinação do resultado e demais documentos, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, expressam adequadamente

a situação financeira e patrimonial da Companhia. Em consonância com o disposto no artigo 163 da Lei 6.404/76, opinaram pelo encaminhamento desses documentos para apreciação e aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia, que será realizada no dia 30 de abril de 2020.
 Rio de Janeiro/RJ, 27 de março de 2020

Paulo Maurício Mantuano de Lima Alexandre Ribeiro Chequer
 Pedro Guedes Campelo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico, e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 9 de março de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de Souza Leite

Contador CRC nº 1 PR 050422/O-3



Temos a mais extensa rede de gasodutos de transporte do país.

Transportamos o gás natural que garante o abastecimento de cidades e indústrias.

Somos referência em segurança operacional, com uma infraestrutura que contribui para o processo de transição energética para uma economia de baixo carbono.

ntag.com.br

